Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br QUINTA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2021 Nº 24.913 Preço banca: R$ 3,50

Brasileiros já pagaram mais de R$ 1 trilhão em impostos este ano

Os brasileiros já pagaram R$ 1 trilhão em tributos arrecadados desde o 1º dia do ano de 2021 pelos governos federal, estaduais e municipais, de acordo com o que registra o Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Essa marca foi atingida às 7h53 de quarta-feira (19). Entraram na conta impostos, taxas e contribuições, incluindo as multas, juros e a correção monetária.

Segundo as informações da ACSP, no ano passado esse valor foi superado no dia 27 de junho e em 2019, em 24 de maio. "O índice, portanto, aponta que os contribuintes brasileiros devem pagar mais dinheiro para os cofres públicos neste ano do que pagaram em 2020 e, até mesmo, em 2019, época sem pandemia".

De acordo com a análise da ACSP, o aumento da inflação no período, comparada com as elevações de preços de produtos registradas anteriormente, a desvalorização do real frente ao dólar e o crescimento da economia em alguns setores como os relacionados ao aumento das importações, à indústria, à saúde, aos grandes varejistas e ao comércio considerado não essencial foram os fatores que contribuíram para essa marca. Página 3

SP quer concluir vacinação de pessoas com comorbidades até julho

Página 2

Empresa chinesa entra com pedido de autorização para vacina

Página 3

Pazuello: preço foi entrave para aumentar doses pelo Covax Facility

Foto/Edilson Rodrigues/Ag.Senado

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia do Senado na quarta-feira (19), o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello disse que em sua gestão à frente da pasta não foram adquiridas doses de vacinas pelo Consórcio Internacional Covax Facility para imunizar 50% da população brasileira por causa do custo e da falta de garantias de recebimento dos imunizantes. "Não havia garantia de fornecimento. Página 6

Argentina registra recorde diário de infecções e mortes pela covid-19

O governo da Argentina informou na terça-feira (18) que nas últimas 24 horas foram registrados recordes diários de casos e mortes pela covid-19, devido a uma forte nova etapa da pandemia que coloca o país entre os cinco com os piores números diários no mundo.

O número diário de infecções subiu para 35.543, enquanto um total de 745 pessoas morreram, de acordo com dados do Ministério da Saúde.

Desde o início da pandemia, no primeiro trimestre de 2020, a Argentina notificou 3,371 milhões de casos e 71.771 mortos. Página 3

UE aceita aliviar restrições de viagem a turistas de fora do bloco

Países da União Europeia (UE) concordaram na quarta-feira (19) em suavizar restrições de viagem a turistas de fora do bloco antes do início da temporada de verão, informou a organização.

Embaixadores dos 27 países do bloco aprovaram uma proposta de 3 de maio, da Comissão Europeia, de afrouxar os critérios para determinar países "seguros" e receber turistas totalmente vacinados de outras partes.

Eles devem criar uma lista nova nesta semana ou no começo da próxima. Com base em dados do Centro Europeu de Controle e Prevenção de Doenças, o Reino Unido e outros países cumpririam os novos critérios. Página 3

Butantan receberá lote de insumos menor que o esperado

O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, confirmou na quarta-feira, (19) que o volume de insumos para a vacina CoronaVac que chegará ao Brasil na próxima semana será menor do que foi inicialmente previsto. A quantidade confirmada pelo governo chinês é de apenas 3 mil litros de insumo farmacêutico ativo (IFA), mil a menos do que havia sido anunciado pelo Instituto Butantan na última segunda-feira (17).

Os 3 mil litros de insumos para a vacina devem chegar ao Brasil entre os dias 25 e 26 de maio e são suficientes para fabricar cerca de 5 mil doses de vacina. Página 6

Governo de SP capta US$ 100 milhões para despoluição do rio Pinheiros

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (19) a captação de US$ 100 milhões (aproximadamente R$ 530 milhões) para financiamento de projetos de saneamento básico e água potável, por meio de parceria firmada pelo banco estadual Desenvolve SP com a IFC, membro do Grupo Banco Mundial, e com o Santander Brasil. Deste total, 75% serão destinados às obras do programa de despoluição Novo Rio Pinheiros e o restante atenderá a projetos sustentáveis de micro e pequenas empresas voltados à preservação de recursos hídricos e tratamento de resíduos sólidos. Página 2

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com algumas nuvens. Não chove.

27º C
13º C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,31
Venda: 5,31

Turismo
Compra: 5,25
Venda: 5,47

EURO
Compra: 6,47
Venda: 6,47

Esporte

Dudu Barrichello realiza o sonho de correr de fórmula nas ruas de Mônaco

Eduardo Barrichello enfrenta o seu maior desafio na FRECA em 2021, competir pela primeira vez nas estreitas ruas do principado de Mônaco e classificar o carro #91 para as duas corridas do final de semana.

Participando como evento suporte do Grande Prêmio de Mônaco da Fórmula 1, a Fórmula Regional by Alpine conta com 32 pilotos inscritos e, excepcionalmente nesta etapa, somente 28 carros poderão participar de cada corrida.

Todos os pilotos do grid estão garantidos em ao menos uma das provas do final de semana e o desafio de Dudu será estar entre os 23 pilotos mais rápidos da primeira classificação para garantir sua vaga no grid das duas baterias.

O piloto que também costuma desenvolver layouts para carros de corrida virtual criou em conjunto com a Veloz Racing uma pintura especial para o capacete que irá usar em Mônaco, trocando as cores amarela, vermelha e laranja pelo preto fosco.

Dudu Barrichello faz sua primeira temporada na Europa e a etapa de Monte Carlo da FRECA é apenas seu terceiro evento no velho continente. O piloto desenvolveu sua carreira nos Estados Unidos, onde foi vice-campeão da USF2000 em 2020. Nesta temporada, graças aos patrocínios de Toyota Gazoo Racing, XP Investimentos e ALE Combustíveis, Dudu se juntou à equipe JD Motorsport, organização sediada na Itália e com tradição nas categorias de acesso europeias.

Foto/ Dutch Photo Agency

Nesta quinta-feira, Dudu vai poder realizar o sonho de acelerar em Mônaco pela primeira vez nos treinos livres. Os dois qualis acontecem na sexta, com uma corrida marcada para sábado e outra para domingo.

As provas da Fórmula Regional by Alpine serão disputadas no sábado e domingo com transmissão ao vivo pelo Youtube e Facebook da categoria.

Raphael Reis faz mais de 30 voltas com seu Honda Civic TCR em Interlagos

Foto/ Vinicius Marmo

Raphael Reis e a equipe W2 retornaram à pista de Interlagos na terça-feira para mais uma sessão de teste do Honda Civic TCR #77, que estreia no TCR South America em cinco semanas. O piloto brasiliense percorreu mais de 30 voltas pelo circuito paulistano e, na melhor delas, cravou 1:40.946.

A marca ficou a apenas 1.1s do tempo da pole-position da Stock Car, estabelecido por Gabriel Casagrande no último sábado e superou em 2.4s o tempo da pole da Stock Light, de autoria de Arthur Leist.

Considerando que foi apenas o segundo contato do piloto e da equipe com o carro da nova categoria, a expectativa é de uma aproximação ainda maior das marcas da principal categoria do Brasil quando forem realizados os treinos oficiais para a abertura do campeonato, novamente em Interlagos no último fim de semana de junho.

Piloto e engenheiros ficaram impressionados com a performance do carro de tração dianteira e 340 cavalos, especialmente com a eficiência das frenagens e a aderência nas curvas. O Civic registrou 228 km/h no fim da reta dos boxes como top speed.

A atividade em Interlagos marcou o regresso do campeão da Stock Light em 2018 à pista, depois de um fim de semana de altos e baixos na categoria de acesso à Stock Car. Raphael Reis liderou os treinos livres e vinha para um pódio na corrida 1 quando teve pneu furado na penúltima volta. Na prova 2, o brasiliense largou do fim do grid e terminou em sexto.

SP quer concluir vacinação de pessoas com comorbidades até julho

O governo de São Paulo prevê concluir, até o final do mês de junho, a vacinação contra a covid-19 de pessoas com comorbidades e de pessoas com deficiência, acima de 18 anos.

Depois disso, o governo paulista pretende iniciar a vacinação de pessoas com idades de 55 a 59 anos entre os dias 1º e 20 de julho, além de profissionais da educação com idade de 18 a 46 anos entre os dias 21 e 31 de julho. Professores e profissionais da educação com idade superior a 47 anos já estão sendo vacinados no estado de São Paulo desde o dia 10 de abril. Mas esse cronograma, destacou o governo, vai depender da quantidade de doses de vacinas a serem disponibilizadas pelo Ministério da Saúde.

Já o grupo de pessoas com comorbidades e pessoas com deficiência permanente e que estejam cadastradas no benefício de prestação continuada (BPC) que tenham entre 40 e 44 anos serão vacinadas em São Paulo a partir do dia 28 de maio. Esse público é estimado em cerca de 760 mil pessoas.

De acordo com o Programa Nacional de Imunizações (PNI) pessoas com comorbidades são aquelas que têm doenças cardiovasculares como insuficiência cardíaca; cor-pulmonale e hipertensão pulmonar; cardiopatia hipertensiva; síndrome coronariana; valvopatias, miocardiopatias e pericardiopatias; doença da aorta, dos grandes vasos e fístulas arteriovenosas; arritmias cardíacas; cardiopatias congênitas no adulto; e próteses valvares e dispositivos cardíacos implantados.

Além disso, são enquadradas pessoas com doenças crônicas como diabetes mellitus; pneumopatias crônicas graves; hipertensão arterial resistente; hipertensão artéria estágio 3; hipertensão estágios 1 e 2 com lesão e órgão alvo; doença cerebrovascular; doença renal crônica; imunossuprimidos (incluindo pacientes oncológicos); anemia falciforme; obesidade mórbida; cirrose hepática; e HIV.

Para ser vacinada, a pessoa com comorbidade precisa apresentar comprovante da condição de risco por meio de exames, receitas, relatório ou prescrição médica. Os cadastros previamente existentes em Unidades Básicas de Saúde (UBS) também podem ser utilizados.

Já as pessoas com deficiência permanente precisam apresentar o comprovante do recebimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).

Segundo Paulo Menezes, coordenador do Centro de Contingência do Coronavírus de São Paulo, os efeitos de vacinação contra a covid-19 de idosos já começa a ser sentida em todo o estado, com a redução do número de idosos internados.

Em janeiro, segundo ele, 35% dos internados [incluindo enfermarias] no estado eram idosos acima de 70 anos. Em abril, esse número caiu para 20,4%. "Em UTIs (unidades de terapia intensiva), as pessoas com mais de 70 anos representavam mais de um terço dos internados (37%) e, em abril, já passou para 21%, redução de 43%", falou ele.

Durante entrevista coletiva, Paulo Menezes apresentou um gráfico que mostra redução nas internações em UTIs nas pessoas com idade acima de 70 anos, resultado da vacinação contra a covid-19. Pessoas com idade entre 70 e 79 anos, por exemplo, correspondiam a 21,7% do total de internações em janeiro deste ano e passaram a representar 15,7% do total de internações em abril, com o início da vacinação. Já a faixa etária entre 20 e 29 anos, que correspondia a 19,8% do total de internações em janeiro, cresceu e soma 29% do total de internados em São Paulo. Essa faixa etária ainda não foi incluída na campanha de vacinação contra a covid-19.

"Iniciamos a vacinação de idosos acima de 90 anos em meados de janeiro e já podemos ver como progressivamente eles passam de 3% para 0,9% do total de internações", explicou. "Agora temos idosos entre 60 e 69 anos sendo vacinados e pessoas acima de 55 anos com comorbidades tomando a primeira dose, que representam quase 50% do total de internações hoje. Nossa expectativa é que, nas próximas semanas, começaremos a ver o impacto disso [da vacinação] na redução dessas internações", disse Menezes. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (SÃO PAULO)
Pergunta : apesar da bancada do Republicanos (ex-PRB) ser quase 100% de bispos licenciados da igreja Universal de Edir Macedo, ela deve dar sustentação ao ex-colega vereador Ricardo Nunes (MDB), que sempre foi um fervoroso católico apostólico romano ? Sim

.

PREFEITURA (SÃO PAULO)
Pergunta : o agora prefeito Ricardo Nunes (MDB) pegou o trem - Metrô - literalmente andando. Por isso, será justo atribuir a ele alguma culpa dos metroviários fazerem uma greve como fizeram ontem, provocando aglomerações em plena pandemia Covid 19 ? Não

.

ASSEMBLEIA (SÃO PAULO)
Pergunta : quais terão sido os critérios da nomeação do deputado Vinicius Camarinha (PSB do ex-governador Marcio França) como líder do governo João Doria - fundador do PSDB 'liberal de centro' - no Parlamento paulista ? A resposta somente o Camarinha pode dar

.

GOVERNO (SÃO PAULO)
Pergunta : já que o vice-governador Rodrigo Garcia deixou o DEM (ex-PFL) pra se filiar ao PSDB 'liberal de centro' do João Doria, quantos deputados vão migrar em 2022 e virar tucanos pras suas reeleições nas eleições 2022 ? O veterano Edmir Chedid talvez possa dizer

.

CONGRESSO (BRASIL)
Pergunta : quem esperava que um general de Intendência (Logística) do Exército brasileiro ia enfrentar como se fosse da Infantaria os inimigos de uma CPI (pandemia Covid 19) cujas armas são usar todos os armamentos de uma inquisição mortal ? O próprio Pazuello

.

PRESIDÊNCIA (BRASIL)
Pergunta : será que deve rolar um Plebiscito (a população decide antes da elaboração pelo Congresso) ou um Referendo (O Congresso apresenta a matéria elaborada e o povo decide sim ou não), no caso do voto impresso em papel nas eleições 2022 ? O eleitor decide

.

PARTIDOS
Histórias da Política : o partido Republicanos (ex-PRB) pode abandonar Bolsonaro, caso a Diplomacia brasileira continue não fazendo nada em relação às perseguições políticas e expulsões de pastores da igreja Universal em Angola ? Só o Edir Macedo pode dizer ...

.

POLÍTICOS
... Em tempo : no dia 4 outubro 2018 a Record tv entrevistou Bolsonaro com exclusividade quando a Globo tv fazia seu debate com os Presidenciáveis. Por isso, o PT do candidato do Lula (Haddad), entrou com Ação de Investigação Judicial Eleitoral no TSE, acusando Edir ...

.

(BRASIL)
... (apoiador de 1ª hora da candidatura Bolsonaro) de usar sua emissora pra eleger o candidato dos protestantes-evangélicos. A defesa de Edir Macedo foi feita com brilhantismo pelo advogado eleitoral Marcelo Augusto Mello Rosa. Tanto que o TSE julgou improcedente a ação

.

M Í D I A S
A coluna de política do jornalista - Cesar Neto - vem sendo publicada na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Via Internet, desde 1996, www.cesarneto.com foi se tornando referência das liberdades possíveis. Twitter @cesarnetoreal - Email cesar.cesarneto.com

cesar@cesarneto.com

Estado mantém fase de transição até 31 de maio e inicia nova etapa do Plano SP em junho

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (19) a prorrogação da fase de transição do Plano São Paulo para todo o Estado até o próximo dia 31. A partir de 1º de junho, o Governo de São Paulo vai iniciar uma nova fase de gestão da pandemia, com ampliação do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais até as 22h e a testagem rápida de pessoas sintomáticas.

"A partir do dia 1º de junho, entraremos em uma nova fase do Plano São Paulo, com ampliação do horário de funcionamento das atividades econômicas até as 22h e 60% de ocupação dos locais. Vamos também iniciar um amplo programa de testagem rápida de pessoas sintomáticas nos municípios em todo o Estado de São Paulo", afirmou Doria. "Estamos avançando, mas com cautela, com prudência e recomendando às pessoas que continuem a usar máscara, a fazer distanciamento social, a fazer uso de álcool em gel e a lavar as mãos com frequência", completou o Governador.

Até o dia 31, estabelecimentos comerciais, galerias e shoppings podem funcionar das 6h às 21h. O mesmo expediente é seguido por serviços como restaurantes e similares, salões de beleza, barbearias, academias, clubes e espaços culturais como cinemas, teatros e museus. A partir do dia 1º, o horário permitido será das 6h às 22h.

Para evitar aglomerações, a capacidade máxima de ocupação nos estabelecimentos liberados será limitada em 40% a partir do dia 24. Já no dia 1º de junho, a capacidade máxima passa a ser de 60%. Continuam liberadas as celebrações individuais e coletivas em igrejas, templos e espaços religiosos, desde que seguidos rigorosamente todos os protocolos de higiene e distanciamento social.

O toque de recolher continua nas 645 cidades do Estado, das 21h às 5h, assim como a recomendação de teletrabalho para atividades administrativas não essenciais e escalonamento de horários para entrada e saída de trabalhadores do comércio, serviços e indústrias. A partir do dia 1º, o toque de recolher será das 22h às 5h.

Segundo a Secretária de Desenvolvimento Econômico, Patricia Ellen, o modelo da testagem rápida para sintomáticos nos municípios foi recomendado pelo Centro de Contingência do coronavírus. "Hoje já temos disponível um novo modelo de teste antígeno, que permite um trabalho de controle maior da pandemia e que é fundamental, já que houve tantos atrasos no cronograma nacional de vacinação", disse ela.

"Toda a frente de testagem e monitoramento da transmissão vai incluir essa estratégia de distribuição de testes rápidos para prefeituras e metas de testagem. E os municípios deverão ter a estratégia de monitoramento de contatos atualizada e a testagem em ambientes privados. Teremos reunião com o Governador no início da semana que vem para que possamos lançar oficialmente essa nova etapa", completou a Secretária.

Nesta quarta-feira, a taxa de ocupação de UTIs por pacientes graves com COVID-19 está em 79% no Estado e em 76,9% na Grande São Paulo. O total de internados em UTIs era de 10.129 em todo o Estado, com outros 11.983 pacientes em vagas de enfermaria.

Governo de SP capta US$ 100 milhões para despoluição do rio Pinheiros

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (19) a captação de US$ 100 milhões (aproximadamente R$ 530 milhões) para financiamento de projetos de saneamento básico e água potável, por meio de parceria firmada pelo banco estadual Desenvolve SP com a IFC, membro do Grupo Banco Mundial, e com o Santander Brasil. Deste total, 75% serão destinados às obras do programa de despoluição Novo Rio Pinheiros e o restante atenderá a projetos sustentáveis de micro e pequenas empresas voltados à preservação de recursos hídricos e tratamento de resíduos sólidos.

"O Governo de São Paulo acaba de captar R$ 530 milhões, adicionalmente ao que já se investe na limpeza e despoluição do rio Pinheiros, que até o final de 2022 será entregue limpo e despoluído para a população do Estado", disse Doria.

Este é o primeiro financiamento da IFC a uma instituição de fomento controlada por agente público. Também de forma inédita, o Desenvolve SP realizou a operação em formato A/B Loan, mecanismo que permite que sejam captados, indiretamente, recursos de bancos privados, maximizando o aporte inicial da IFC de US$ 75 milhões. Assim, o Santander Brasil se somou ao projeto como cofinanciador, fornecendo US$ 25 milhões, além de ser responsável pelo repasse total dos recursos em reais, protegendo toda a operação contra as variações cambiais.

"Estamos empenhados em trazer mais recursos para a economia do estado de São Paulo. Esta captação une forças de bancos público, multilateral e privado em uma engenharia financeira inédita, que vai possibilitar o financiamento deste que é o maior programa de saneamento básico do país", celebrou o Presidente do Desenvolve SP, Nelson de Souza.

Os recursos serão disponibilizados para financiamento dos projetos das empresas vencedoras dos editais da Sabesp para execução de obras de construção de infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto nas bacias do Jaguaré, Pirajuçara, Cidade Jardim/Morumbi, Morro do S, Ponte Baixa, Socorro, Corujas/Rebouças, Águas Espraiadas, Cordeiro, Pouso Alegre/Santo Amaro/Poli, Aterrado/Zavuvus e Pedreira/Olaria. As empresas terão condições de financiamento facilitadas por meio da linha de crédito Economia Verde (LEV), operada pelo Desenvolve SP, que apoia exclusivamente projetos com foco em desenvolvimento socioambiental.

"A despoluição do Rio Pinheiros é uma questão civilizatória para a cidade mais rica do Brasil. Toca em questões fundamentais de saneamento básico de vários municípios que interagem com o rio e endereça a importância de São Paulo não mais dar as costas aos seus rios, mas ir ao encontro deles. Ou seja, passa por questões profundas de aproximação da sociedade das grandes capitais do país com os seus rios", disse Sérgio Rial, presidente do Santander Brasil.

Em 2020, o Desenvolve SP realizou o maior financiamento de sua história para o Programa, com R$ 70 milhões para a construção de infraestrutura de coleta de esgoto na bacia do Jaguaré e sua ligação às residências, que vai beneficiar mais de 58 mil famílias. Até o momento, o banco destinou, no total, R$ 84 milhões para a revitalização do rio.

"A parceria com entes internacionais mostra a confiança e credibilidade do investidor no Estado de São Paulo e garante a aplicação de recursos nestes projetos que beneficiam a saúde da população e o nosso meio ambiente", explicou o Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado Marcos Penido.

A captação é parte da estratégia do Desenvolve SP para apoiar o programa estadual Novo Rio Pinheiros, que tem o objetivo de revitalizar este importante símbolo da cidade de São Paulo por meio da ação de diversos órgãos públicos em parceria com a sociedade. A meta até o fim de 2022 é reduzir o esgoto lançado em seus afluentes, melhorar a qualidade das águas e integrá-lo completamente à cidade.

A revitalização do Pinheiros deve beneficiar mais de três milhões de pessoas no entorno da Bacia. É coordenado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, com a participação das empresas SABESP, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE e Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE, além da Prefeitura de São Paulo.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Brasileiros já pagaram mais de R$ 1 trilhão em impostos este ano

Os brasileiros já pagaram R$ 1 trilhão em tributos arrecadados desde o 1º dia do ano de 2021 pelos governos federal, estaduais e municipais, de acordo com o que registra o Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Essa marca foi atingida às 7h53 de quarta-feira (19). Entraram na conta impostos, taxas e contribuições, incluindo as multas, juros e a correção monetária.

Segundo as informações da ACSP, no ano passado esse valor foi superado no dia 27 de junho e em 2019, em 24 de maio. "O índice, portanto, aponta que os contribuintes brasileiros devem pagar mais dinheiro para os cofres públicos neste ano do que pagaram em 2020 e, até mesmo, em 2019, época sem pandemia".

De acordo com a análise da ACSP, o aumento da inflação no período, comparada com as elevações de preços de produtos registradas anteriormente, a desvalorização do real frente ao dólar e o crescimento da economia em alguns setores como os relacionados ao aumento das importações, à indústria, à saúde, aos grandes varejistas e ao comércio considerado não essencial foram os fatores que contribuíram para essa marca. Também determinaram esse valor o aumento das compras online e pedidos de delivery.

Segundo o economista-chefe da Associação Comercial de São Paulo, Marcel Solimeo, várias prestações de serviços e o comércio estão sendo muito afetados na pandemia, mas atividades que geram muitos impostos também cresceram bastante. "Alguns exemplos são as exportações, que estão em alta, e o montante das vendas em supermercados que, além de estar muito elevado, ainda proporciona maior arrecadação por conta dos preços dos produtos que vêm subindo".

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, de 2016 a 2019, os brasileiros tiveram de trabalhar 153 dias para pagar impostos. No ano passado, foram 151.

O Impostômetro foi implantado em 2005 pela ACSP para conscientizar os brasileiros sobre a alta carga tributária e incentivá-los a cobrar os governos por serviços públicos de mais qualidade. Está localizado na sede da entidade, na região central da capital paulista. (Agencia Brasil)

Empresa chinesa entra com pedido de autorização para vacina

O laboratório chinês Cansino entrou na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) com pedido de autorização em caráter emergencial para uma nova vacina contra a covid-19, cuja aplicação exige apenas uma dose. O imunizante, com mesmo nome da farmacêutica, já está sendo aplicado na China.

A informação foi dada pelo embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, e confirmada pela Anvisa. Segundo Wanming, o país está "comprometido em continuar e ampliar a parceria de vacinas com o Brasil".

Em nota, a agência confirmou que recebeu a solicitação na terça-feira (18) para a autorização emergencial em caráter experimental. O requerimento foi endereçado pela empresa Belcher Farmacêutica, representando a CanSino Biologics.

A vacina foi produzida em parceria com a Academia de Ciências Médicas Militares da China e utiliza adenovírus humano não replicante. AAnvisa deve se manifestar em até sete dias úteis. Integrantes da agência já se reuniram duas vezes com representantes das empresas. (Agencia Brasil)

Estados Unidos deportam 106 brasileiros ilegais

Um voo fretado pelo governo dos Estados Unidos deve chegar ao Brasil nesta sexta-feira (21), trazendo a 106 brasileiros detidos por entrarem ilegalmente no território norte-americano. A informação foi confirmada na quarta-feira (19) pelo Ministério das Relações Exteriores.

Segundo o Itamaraty, as autoridades norte-americanas já decretaram que os brasileiros detidos sejam deportados, não cabendo mais recursos contra a decisão. Ainda de acordo com a pasta, ao notificar a decisão, o governo dos EUA informou que a medida busca "reduzir o tempo de permanência destes cidadãos em centros de detenção, em particular no atual contexto da pandemia da covid-19".

Conforme o Itamaraty, as repartições consulares brasileiras nos Estados Unidos estão oferecendo assistência consular ao grupo e a outros brasileiros detidos naquele país. A previsão inicial é de que o voo pouse em Minas Gerais, porém o aeroporto não foi informado.

A iniciativa ocorre quatro meses após o presidente dos EUA, Joe Biden, assumir como chefe de governo e enviar, ao Congresso, uma proposta de reforma das leis de imigração que, se aprovada, permitirá ao governo, futuramente, implementar ações que permitam a regularização da condição de milhões de imigrantes que vivem sem documentos no país. (Agencia Brasil)

Câmara inicia sessão para votar MP da Privatização da Eletrobras

A Câmara dos Deputados abriu, sessão para analisar e votar a Medida Provisória (MP) 1.031/21, que trata da privatização da Eletrobras. A proposta chegou a entrar na pauta da sessão de terça-feira (18), mas o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), informou que colocaria o texto para votação na pauta da quarta-feira (19). Mais cedo, representantes dos partidos de oposição disseram ter ingressado, no fim da manhã de quarta-feira, com ações no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir a votação da MP.

Os deputados contrários à medida também pediram a retirada da proposta da pauta. Entre os argumentos estão de que o texto não foi debatido por uma comissão mista, formada por deputados e senadores, e nenhuma outra comissão da Casa.

De acordo com o líder do PT na Câmara, Bohn Gass (PT-RS), a MP está furando a fila de várias outras medidas editadas antes. "Não houve um debate público com a sociedade brasileira, e nós vamos aqui entregar a maior empresa de energia da América Latina para investidores, talvez de fora do Brasil, para extrair da população brasileira seus lucros, através de contas mais altas", argumentou.

Ao indeferir o pedido da oposição, Lira disse que está seguindo um acordo firmado com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), de encaminhar para a Casa as MPs editadas após o mês de fevereiro, até 30 dias antes final do prazo de validade da proposta. A MP que propõe a privatização da empresa, responsável por 30% da energia gerada no país, foi encaminhada para a Câmara no dia 23 de fevereiro. Lira disse ainda acreditar que houve tempo hábil para o debate.

"Houve tempo para o conhecimento de texto e a discussão, haja vista que temos 570 emendas apresentadas aos textos. Essa decisão está estribada no fato de as comissões mistas não poderem se reunir fisicamente", disse Lira. "Não está regulamentado o funcionamento das comissões mistas de forma remota", afirmou.

Proposta

Pela MP, a proposta de privatização da Eletrobras será executada na modalidade de aumento do capital social, por meio da subscrição pública de ações ordinárias com renúncia do direito de subscrição pela União. Ou seja, até que a União deixe de ser acionista majoritária .Pela MP, a proposta de privatização da Eletrobras será executada na modalidade de aumento do capital social, por meio da subscrição pública de ações ordinárias com renúncia do direito de subscrição pela União. Ou seja, até que a União deixe de ser o acionista majoritário da empresa.

O texto prevê ainda que o aumento do capital social da Eletrobras pode ser acompanhado de oferta pública secundária de ações de propriedade da União, ou de empresa por ela controlada, direta ou indiretamente.

A União, entretanto, terá uma ação de classe especial de ações (golden share) que lhe garante poder de veto em decisões da assembleia de acionistas a fim de evitar que algum deles, ou um grupo de vários, detenha mais de 10% do capital votante da Eletrobras.

Pelo texto, em troca da privatização, a União se compromete a conceder, pelo prazo de 30 anos, novas outorgas de concessões de geração de energia elétrica para as usinas sob titularidade ou controle, direto ou indireto, da Eletrobras.

De acordo com o governo, os contratos renovados não se darão mais no regime de cotas, quando a energia elétrica gerada é comercializada compulsoriamente a um preço fixado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Com isso, a empresa poderá negociar a energia livremente no mercado regulado ou no mercado livre.

O relatório de Elmar Nascimento (DEM-BA) estabelece ainda, como condição para a privatização da Eletrobras, a contratação de usinas térmicas a gás natural e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). O texto determina a obrigatoriedade de o governo contratar 6 mil megawatts de usinas térmicas movidas a gás e de 2 mil megawatts de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) em diversas regiões do país.

Além disso, o a MP diz que os contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) deverão ser prorrogados por 20 anos. A medida beneficia empreendimentos de PCHs, eólicos e de biomassa.

O relator também incluiu no texto a previsão de que 25% do superávit financeiro de Itaipu, estimado em US$ 1 bilhão por ano, sejam destinados à criação de um novo programa social. Segundo Nascimento, os 75% restantes seriam utilizados para subsidiar a redução da conta de energia elétrica.

Entidades do setor elétrico manifestaram estranhamento com estes e outros pontos do relatório. O Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE), que inclui representantes de investidores em áreas da indústria como geração, transmissão, distribuição e comercialização, disse que as mudanças do relator "distorcem o mercado e trazem efeitos de curto, médio e longo prazo que aumentarão o custo da energia elétrica no Brasil".

Já a Associação dos Grandes Consumidores de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) destacou que o parecer trouxe muitos pontos que aumentam o custo de energia para todos os consumidores. "A contratação de termelétricas em quantidades e locais já definidos, sem suporte e estudo técnico, pode resultar no aumento de custo a todos os consumidores em R$ 20 bilhões por ano", disse a Abrace.

A Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), por sua vez, manifestou-se favoravelmente à proposta, em especial sobre a necessidade de contratação de PHCs. De acordo com a a associação, a contratação de pequenas centrais hidrelétricas vai aprimorar o suprimento de energia elétrica no país, resgatando uma dívida histórica com o setor. "Essa medida é fundamental para o setor elétrico brasileiro, tendo em vista os atributos particulares dessa fonte de geração de energia elétrica, que tem enorme potencial a ser explorado, especialmente neste momento em que o país não apenas tem energia cara – gerada por térmicas a combustível líquido – como se avizinha, no final do ano, a possibilidade real de problemas de suprimento", acrescentou a associação

O deputado Elmar Nascimento afirmou ainda que as alterações propostas vão assegurar modicidade tarifária. "Todas as alterações que foram feitas por esse relator visaram à modicidade tarifária, visaram a reduzir tarifa." (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Argentina registra recorde diário de infecções e mortes pela covid-19

O governo da Argentina informou na terça-feira (18) que nas últimas 24 horas foram registrados recordes diários de casos e mortes pela covid-19, devido a uma forte nova etapa da pandemia que coloca o país entre os cinco com os piores números diários no mundo.

O número diário de infecções subiu para 35.543, enquanto um total de 745 pessoas morreram, de acordo com dados do Ministério da Saúde.

Desde o início da pandemia, no primeiro trimestre de 2020, a Argentina notificou 3,371 milhões de casos e 71.771 mortos.

Segundo dados da Reuters, a média diária de infecções e mortes relatada pela Argentina coloca o país entre os cinco em pior situação no mundo.

"Esta maior quantidade de casos é resultado de dizer que a vida precisa seguir como se não acontecesse nada. Está acontecendo na Argentina um problema muito sério, que é a pandemia, um vírus que nos mata e nos infecta", disse o presidente Alberto Fernández em entrevista à Rádio 10.

Ele sancionou, há algumas semanas, decreto impondo novas restrições à circulação e suspendendo aulas presenciais nas áreas com maior número de contágios, uma medida que se estende até a próxima sexta-feira (21). Diante do aumento de casos, o governo deverá anunciar novas medidas para as próximas semanas. (Agencia Brasil)

UE aceita aliviar restrições de viagem a turistas de fora do bloco

Países da União Europeia (UE) concordaram na quarta-feira (19) em suavizar restrições de viagem a turistas de fora do bloco antes do início da temporada de verão, informou a organização.

Embaixadores dos 27 países do bloco aprovaram uma proposta de 3 de maio, da Comissão Europeia, de afrouxar os critérios para determinar países "seguros" e receber turistas totalmente vacinados de outras partes.

Eles devem criar uma lista nova nesta semana ou no começo da próxima. Com base em dados do Centro Europeu de Controle e Prevenção de Doenças, o Reino Unido e outros países cumpririam os novos critérios.

Os Estados Unidos não cumpririam, mas norte-americanos vacinados seriam bem-vindos à Europa.

Um diplomata da UE disse que casos da variante indiana no Reino Unido precisariam ser levados em conta, embora países do bloco já estejam delineando suas próprias diretrizes – Portugal suspendeu, na segunda-feira, uma proibição de viagem de turistas britânicos que vigorava há quatro meses.

Segundo as restrições atuais, pessoas somente de sete países, incluindo Austrália, Israel e Singapura, podem entrar na UE nas férias, vacinadas ou não.

O principal critério atual é não terem surgido mais de 25 casos novos de covid-19 para cada 100 mil habitantes nos 14 dias anteriores. A tendência deveria ser estável ou decrescente, e deveria haver um número suficiente de exames, que teria que mostrar um percentual mínimo de exames negativos. Variantes que preocupam podem ser levadas em consideração.

A comissão propôs elevar a taxa de casos a 100, e os embaixadores da UE optaram por 75. Um freio de emergência seria usado para limitar o risco de entrada de variantes no bloco. (Agencia Brasil)

Israel diz não ter cronograma para encerrar ataques em Gaza

Autoridades de Israel disseram na quarta-feira (19) que não há um cronograma para o fim dos ataques contra militantes palestinos em Gaza. Militares israelenses fizeram novos bombardeios aéreos, enquanto combatentes do Hamas dispararam mais foguetes por meio da fronteira.

Autoridades médicas palestinas disseram que 219 pessoas foram mortas em dez dias de ataques aéreos, que destruíram ruas, edifícios e outros elementos da infraestrutura e pioraram a situação humanitária já severa em Gaza.

O governo israelense estima em 12 o número de mortos no país, onde ataques de foguetes recorrentes causam pânico e fazem as pessoas fugir para abrigos. Esforços regionais e também liderados pelos Estados Unidos para a obtenção de um cessar-fogo se intensificam, mas até agora não tiveram sucesso.

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, não mencionou nenhuma interrupção dos combates, em comentários públicos feitos durante uma reunião com embaixadores estrangeiros. Disse que seu país está engajado em um convencimento vigoroso para evitar conflitos futuros com o Hamas.

Em comentários de uma sessão fechada de perguntas e respostas citados pela mídia israelense, ele disse: "Não estamos parados com um cronômetro. Queremos alcançar os objetivos da operação. Operações anteriores duraram muito tempo, então não é possível estabelecer um cronograma".

Em um ataque de 25 minutos de madrugada, Israel bombardeou alvos como túneis que seus militares disseram existir no sul da Faixa de Gaza e ser usados pelo Hamas, o grupo islâmico que governa o território.

Cerca de 50 foguetes foram disparados de lá, segundo os militares israelenses, e sirenes foram acionadas na cidade litorânea de Ashdod, ao sul de Tel Aviv, e em áreas mais próximas da fronteira de Gaza. Não surgiram relatos de ferimentos ou danos de madrugada, mas dias de disparos de foguetes perturbam muito os israelenses.

Quase 450 edifícios de Gaza, densamente povoada, foram destruídos ou seriamente danificados, incluindo seis hospitais e nove centros de atendimento de saúde primários. Cinquenta e dois mil palestinos foram deslocados, de acordo com a agência humanitária da Organização das Nações Unidas (ONU).

As hostilidades são as piores em anos entre o Hamas e Israel e, à diferença de conflitos prévios em Gaza, ajudam a incitar episódios de violência entre judeus e árabes nas ruas de cidades israelenses. (Agencia Brasil)

Arainvest Participações S.A.

CNPJ nº 06.139.408/0001-25

Balanço Patrimonial 31/12/2020 e 2019 (Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	908	981
Ativo circulante		**908**	**981**
Não circulante			
Créditos tributários	6	8.091	7.984
Ativo não circulante		**8.091**	**7.984**
Total do ativo		**8.999**	**8.965**

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores		5	5
Impostos e contribuições a recolher		1	2
Passivo circulante		**6**	**7**
Patrimônio líquido			
Capital social	7	162.588	162.588
Prejuízos acumulados		(153.595)	(153.630)
Patrimônio líquido		**8.993**	**8.958**
Total do passivo e patrimônio líquido		**8.999**	**8.965**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em Milhares de Reais)

(Despesas) e receitas operacionais	Nota	2020	2019
Despesas gerais e administrativas	8	(86)	(99)
Despesas tributárias		(9)	(14)
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(93)**	**(100)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		**131**	**280**
		131	**280**
Lucro antes dos impostos		**42**	**180**
Imposto de renda e contribuição social corrente	9	(7)	(30)
Lucro líquido do exercício		**35**	**150**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em Milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	35	150
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total	**35**	**150**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2020 e 2019 (Em Milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2018	**162.588**	**(153.780)**	**8.808**
Lucro líquido do exercício		**150**	**150**
Saldos em 31/12/2019	**162.588**	**(153.630)**	**8.958**
Lucro líquido do exercício		35	**35**
Saldos em 31/12/2020	**162.588**	**(153.595)**	**8.993**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em Milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	35	150
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Juros sobre créditos tributários	(112)	(227)
	(77)	(77)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Fornecedores	5	(13)
Impostos e contribuições a recolher	(1)	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(73)**	**(90)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(73)**	**(90)**
Caixa e equiv. dentes de caixa no início do exercício	981	1.071
Caixa e equiv. dentes de caixa no fim do exercício	908	981
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(73)**	**(90)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 e 2019 (Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional: A Arainvest Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado localizada na cidade de São Paulo - SP, que tem por objeto principal a administração de participações societárias em sociedades simples e empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. **2. Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 14 de maio de 2021. **3. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emanadas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas e emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, e no caso de ativos financeiros no possível valor justo, quando aplicável. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram identificadas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. **4. Principais Práticas Contábeis: a) Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Sociedade e, também, a moeda de apresentação. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa e aplicações em títulos (públicos/privados) CDB (Certificado de Depósito Bancário) e LAM (Letras de Arrendamento Mercantil). Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. **d) Passivos contingentes:** São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A provisão é reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação presente (legal ou não formalizada) e é provável a necessidade de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação pode ser estimado com segurança. Caso a probabilidade de perda é considerada possível, a Companhia divulga sem reconhecer a provisão. Obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não reconhecidas e nem divulgadas. **e) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são compostos pelos correntes e diferidos. O encargo do imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias vigentes no período-base. O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, ajustados conforme a legislação tributária. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro estejaa disponível e contra o qual possam ser utilizados prejuízos temporários. **5. Caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	2020	2019
Depósitos bancários	41	42
Aplicações financeiras	867	939
Total	**908**	**981**

As aplicações financeiras estão representadas por títulos (públicos/privados) em CDB e LAM remuneradas com base na variação da taxa DI. **6. Créditos tributários:** Correspondem basicamente ao saldo negativo do imposto de renda e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, objeto de pedido de restituição ou utilizado para compensação de outros tributos federais futuros, atualizados com base na taxa de juros SELIC. O pedido de restituição de tributos e contribuições está sujeito à homologação da Secretaria da Receita Federal do Brasil e a administração da Companhia considera que todos os créditos tributários são apropriados por documentação hábil e não podem ser contestados pela Receita Federal do Brasil e que possuem a previsão de ser utilizados em exercícios futuros pela Companhia. **7. Capital social:** O capital social, totalmente integralizado em moeda nacional, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 162.588, representado por 20.718.184 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **8. Despesas gerais e administrativas:** As despesas gerais e administrativas estão substancialmente representadas por serviços prestados por pessoas jurídicas. **9. Imposto de renda e contribuição social:** A reconciliação dos ajustes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido no resultado é apresentada, como segue:

	2020	2019
Lucro do exercício, antes do imposto de renda e da contribuição social	42	180
Alíquota nominal do imposto de renda (15% e adicional de 10%) e contribuição social (9%)	24%	24%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(10)	(43)
Adição de prejuízos fiscais	3	13
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(7)**	**(30)**

10. Passivos contingentes classificados como possíveis perdas: A Companhia possui passivo contingente decorrente de auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil questionando a exigência do imposto de renda e da contribuição social sobre ganho de capital na alienação de participação societária no montante de R$ 1.334.876 (R$ 1.314.250 em 2019).

A DIRETORIA

JULIO MITUO SHINZATO
Contador - CRC 1SP 095.421/ -1

Taho Real Estate Participações Ltda.

CNPJ/NE nº 40.465.193/0001-70 - NIRE 35.236.756.434

1ª Alteração do Contrato Social e Consolidação do Contrato Social consolidado por Ações

Pelo presente instrumento particular e, na melhor forma de direito: **Hong Tsu Ho**, RG nº 10.237.985-3 SSP/SP e CPF/ME nº 535.375.308-87; **Hong Lu Li Yah**, RG nº 4.706.467-7 SSP/SP e CPF/ME nº 011.882.148-20; **Amauri Chiemnin Hong**, RG nº 26.457.371-7 SSP/SP e CPF/ME nº 251.886.908-84; **Hanson Wai Ching Ip Hong**, RNE nº V952168-W, e CPF/ME nº 231.997.958-11; **Hanson Chienhon Hong**, RG nº 26.457.372-9 SSP/SP e CPF/ME nº 222.592.478-90; e **Cristiane Chienhon Hong**, RG nº 26.457.370-3 SSP/SP e CPF/ME nº 253.895.098-70, na qualidade de sócios representando a totalidade do capital social da **Taho Real Estate Participações Ltda.**, têm entre si justo e acordado proceder com a presente Alteração do Contrato Social, nos seguintes termos, sendo dispensada a reunião na assembleia de sócios, conforme disposto no Artigo 1.072, §2º, do Código Civil: **I. Cessão e Transferência de Quotas:** 1. A sócia **Anita Wai Ching Ip Hong** que ora se retira da sociedade, cede e transfere para **Amauri Chiemnin Hong**, por intermédio de cessão e transferência onerosa, 200.000 quotas representativas do capital da Sociedade, do valor de R$ 1,00 cada uma, perfazendo o montante de R$ 200.000,00, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional e bens, nesta e na proporção de 50% (cinquenta por cento) dessas dívidas, gravames, ônus ou encargos de qualquer natureza, que as recebe sem qualquer ressalvas. 12. Os demais sócios renunciam de forma expressa, irrevogável e irretratável ao direito de preferência na cessão de quotas ora celebrada. 13. Diante do acordo disposto, o capital social passa a ser dividido da seguinte forma: **Sócios - Quotas - Valor (R$)** Hong Tsu Ho - 6.758.274 - 6.758.274,00; Hong Lu Li Yah - 6.758.274 - 6.758.274,00; Amauri Chiemnin Hong - 400.000 - 400.000,00; Hanson Chienhon Hong - 400.000 - 400.000,00; Cristiane Chienhon Hong - 1.100 - 1.100,00; Total - 14.347.648 - 14.347.648,00. **2. Da Transformação de Tipo Societário:** 2.1. Os sócios decidem aprovar a transformação da Sociedade em sociedade por ações, sem qualquer dissolução ou extinção da continuidade da pessoa jurídica, mantendo o mesmo número de sócios e o mesmo patrimônio líquido, passando a mesma a adotar a denominação de **"Taho Real Estate Participações S.A."** ("**Companhia**"). 2.2. Ainda, é aprovado a conversão de 14.367.648 quotas idênticas emitidas pela Sociedade, no valor de R$ 1,00 cada, representativas do capital social de R$ 14.367.648,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional e bens, em 14.367.648 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sendo (a) 4.789.214 ações da Classe A; (b) 4.789.214 ações da Classe B; e (c) 4.789.214 ações da Classe C, e (d) 06 ações ordinárias de classe especial denominadas "Golden Shares", distribuídas entre os seus acionistas, conforme especificado na lista de conversão de quotas da Sociedade em ações da Companhia (Anexo I), que se encontra à disposição na sede da Companhia. 2.3. Após lido, analisado e discutido, os acionistas decidem aprovar o projeto de Estatuto Social. 2.4. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração composto de 3 membros titulares, pessoas naturais, acionistas ou não, eleitos para mandatos com prazo de até 3 anos em Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição, e uma Diretoria composta por 02 Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos com prazo de até 3 anos, com poderes e atribuições conferidos neste estatuto e na forma da Lei das Sociedades por Ações, nos termos da Lei e em acordo de acionistas da Companhia. 2.5. Neste ato, são eleitos para o Conselho de Administração: (a) **Hong Tsu Ho** RG nº 10.237.985-3 SSP/SP e CPF/ME nº 535.375.308-97, como Presidente do Conselho de Administração; (b) **Hong Lu Li Yah**, RG nº 4.706.467-7 SSP/SP e CPF/ME nº 011.882.148-29, como conselheira; e (c) **Hanson Chienhon Hong**, RG nº 26.457.372-9 SSP/SP e CPF/ME nº 222.592.478-90, como conselheiro. 2.6. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pelo prazo de mandato de 3 anos, com mandato até a AGO que aprovar as contas do exercício social findo em 31/12/2022, e tomam posse e farão declaração de desimpedimento (Anexo II e III) que se encontram a disposição na sede da Companhia, conforme previsto na legislação vigente. E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 vias, de igual forma e teor, na presença de 02 testemunhas. São Bernardo do Campo/SP, 18/02/2021. **Sócios/Acionistas:** Hong Tsu Ho - Hong Lu Li Yah; Amauri Chiemnin Hong; Hanson Chienhon Hong; Anita Wai Ching Ip Hong; Cristiane Chienhon Hong. **Conselho de Administração:** Hong Tsu Ho; Hong Lu Li Yah; Hanson Chienhon Hong. **JUCESP nº 150.356/21 em 10/04/21. Estatuto Social: Capítulo I: Denominação, Objeto, Sede e Duração: Artigo 1º. A Taho Real Estate Participações S.A.** ("**Companhia**"), é uma sociedade por ações, que reger-se-á pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto social: a) a administração de bens próprios; b) locação de bens imóveis; c) participação em outras sociedades. **Artigo 3º.** A Companhia tem sede na Rua Jean Jean Venoules, 111 - 11º andar - conjunto 1101 Torre B - Centro - São Bernardo do Campo/SP - CEP 09750-730, podendo por deliberação do Conselho de Administração, criar e extinguir filiais, sucursais, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia será indeterminado. **Capítulo II: Do Capital Social e Ações: Artigo 5º.** O capital Social subscrito e integralizado é de R$ 14.367.648,00, dividido em 14.367.648 ações, sem valor nominal, sendo (a) 4.789.214 ações da Classe A; (b) 4.789.214 ações da Classe B; e (c) 4.789.214 ações da Classe C; e (d) 06 ações ordinárias de classe especial denominadas "Golden Shares". **§ 1º.** A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§ 2º.** As ações preferenciais classe A e B não conferem direito de voto, nos termos das regras previstas no Acordo de Acionistas. **§ 3º.** Cabe à cada classe de ações o direito de eleger um membro do Conselho de Administração. **§ 4º.** Cada uma das ações ordinárias de classe especial denominadas "Golden Shares" confere ao seu titular o poder de (a) eleger a maioridade dos membros do Conselho de Administração; e (b) o direito de veto em relação às Matérias Especiais (conforme definição constante na Cláusula 8.2 do Acordo de Acionistas da Companhia). **Artigo 6º.** A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado na sede. **Capítulo III: Assembleia Geral: Artigo 7º.** A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **§ 1º.** A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por qualquer dos membros do Conselho de Administração e será presidida por um dos acionistas ou seu representante legal que designará um ou mais secretários. Poderá, ainda, ser convocada na forma prevista no Inciso do artigo 123 da Lei 6.404/76. **§ 2º.** As deliberações da Assembleia Geral, resalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto, e observadas as regras do Acordo de Acionistas da Companhia, serão tomadas por maioria absoluta de votos. **§ 3º.** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por mandatários nomeados na forma do §1º do Artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo encaminhar os respectivos instrumentos de mandato, para a Companhia, até pelo menos 01 dia de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **§ 4º.** Somente poderão tomar parte nas Assembleias Gerais da Companhia, os acionistas cujas ações estejam devidamente registradas em seu nome no livro próprio da Companhia. **§ 5º.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas, conforme previsto no Acordo de Acionistas. **Capítulo IV: Da Administração: Artigo 8º.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por um Diretor, nos termos do Acordo de Acionistas e/ou conforme previsto no presente no Estatuto Social. **Artigo 9º.** Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e/ou substituídos por meio de Assembleia Geral, ficando dispensados de prestar caução, ocorrendo a investidura no cargo depois de satisfeitas as exigências legais e mediante assinatura de termo de posse a ser lavrado e assinado no livro competente. **§ 2º.** O prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será de 3 anos, sendo admitida a reeleição. Findo o mandato, os administradores permanecerão em exercício de seus cargos até a investidura dos membros que os substituírem, nos termos do § 4º, abaixo. **§ 3º.** Em caso de renúncia, impedimento ou vacância dos cargos da administração da Companhia, será convocada a Assembleia Geral ou a Reunião do Conselho de Administração, conforme o caso, para eleger o substituto que deverá completar o restante do mandato do(s) substituído(s). **§ 4º.** As reuniões do Conselho de Administração da Diretoria poderão ser realizadas por meio de conferência telefônica ou videoconferência, sendo considerados presentes a reunião e devendo conter em seu ato através de declaração por escrito encaminhada ao presidente da reunião, por carta, fax ou/ou correio eletrônico (e-mail) logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o presidente fará investido de pleno poderes para assinar a ata da reunião em nome do referido membro do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia, conforme o caso. Caso não seja recebida a confirmação de envio, o presidente deconsiderará o voto do respectivo membro ausente. Ainda, que seja considerado como ocorrido na sede da reunião **§ 5º.** É vedado o uso da denominação social em atividades estranhas à Companhia. **Artigo 9º.** O Conselho de Administração da Companhia será composto por 3 membros, efetivos e destituíveis pelo Assembleia Geral. **§ 1º.** Cada membro do Conselho de Administração, inclusive o Presidente do Conselho, fará jus a 1 voto nas deliberações do Conselho da Companhia, não havendo voto de qualidade. **§ 2º.** As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por qualquer dos seus membros, mediante carta, contendo, além da data e hora de realização, o local e a ordem do dia, por meio do correio eletrônico (e-mail) logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o presidente fará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do referido membro do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia, conforme o caso. Caso não seja recebida a confirmação de envio, o presidente deconsiderará o voto do respectivo membro ausente. Ainda, que seja considerado como ocorrido na sede da reunião **§ 3

UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

CNPJ: 20.589.268/0001-18 - NIRE: 35.300.477.995 - (anteriormente Qualibus Qualidade em Transportes S.A.)

Demonstrações Financeiras (Valores em R$)

Balanço Patrimonial	Notas	2020	2019
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.129.796	1.449.910
Contas a receber	9	1.354.818	1.268.133
Estoques		52.381	63.115
Outras contas a receber		1.770.380	-
		5.307.375	2.781.158
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Bloqueio judicial		259.911	304.502
Carta de crédito		76.055	6.522
		335.966	311.024
Investimentos	10	154.985	88.563
Imobilizado	11	42.111.603	28.945.163
		42.266.588	29.033.726
Total do ativo		47.909.929	32.125.908

Balanço Patrimonial	Notas	2020	2019
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores		1.908.481	1.360.708
Empréstimos	12	1.015.439	38.870
Obrigações tributárias	13	2.755.178	1.268.680
Obrigações trabalhistas	14	1.366.525	1.899.056
Parcelamentos previdenciários	15	953.866	-
		7.999.489	4.567.314
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Financiamentos	16	23.387.886	14.016.839
Parcelamentos previdenciários	15	4.588.322	2.815.980
Provisão para contingências	17	376.800	-
		28.353.008	16.832.819
Patrimônio líquido			
Capital social	18	20.734.400	20.734.400
Reserva legal	18	438.329	178.787
Reserva estatutária	18	876.658	357.574
Prejuízos acumulados		(10.491.955)	(10.544.986)
		11.557.432	10.725.775
Total do passivo e patrimônio líquido		47.909.929	32.125.908

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado do Exercício	2020	2019
Receita de serviços prestados	62.890.492	64.578.836
(-) Custos dos serviços prestados		
Com pessoal	(21.860.592)	(18.085.726)
Com veículos	(19.296.824)	(27.323.520)
Depreciação	(7.193.886)	(3.881.924)
	(48.351.302)	(49.291.170)
Lucro operacional bruto	14.539.190	15.287.666
Despesas operacionais		
Administrativas	(3.189.023)	(3.093.338)
Processos judiciais	(3.461.322)	(5.496.774)
Tributárias	(635.807)	(311.112)
Gerais de operação	(2.301.253)	(1.626.995)
Outras receitas	1.770.380	-
	(7.817.025)	(10.528.219)
Lucro antes dos impostos	6.722.165	4.759.447
Receita financeira	7.039	77.574
Despesa financeira	(286.341)	(103.223)
Lucro antes dos impostos	6.442.863	4.733.798
Imposto de renda e contribuição social	(1.252.023)	(1.158.056)
Lucro líquido do exercício	5.190.840	3.575.742
Quantidade de ações	20.734.400	20.734.400
Lucro básico por ação - R$	0,25	0,17

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente	2020	2019
Lucro líquido do exercício	5.190.840	3.575.742
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	5.190.840	3.575.742

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31/12/2020

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	20.734.400	-	-	(10.470.981)	10.263.419
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.575.742	3.575.742
Constituição da reserva legal	-	178.787	-	(178.787)	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	357.574	(357.574)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(3.113.386)	(3.113.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	20.734.400	178.787	357.574	(10.544.986)	10.725.775
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.190.840	5.190.840
Constituição da reserva legal	-	259.542	-	(259.542)	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	519.084	(519.084)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(4.359.183)	(4.359.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.734.400	438.329	876.658	(10.491.955)	11.557.432

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Exercícios Findos em 31/12/2020

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
(+) Recebimentos de clientes	60.502.554	66.191.462
(-) Pagamentos a fornecedores	(21.927.340)	(37.315.052)
(-) Pagamentos a funcionários	(19.666.915)	(20.425.620)
(-) Pagamento de impostos	(401.332)	1.477.625
(-) Valores bloqueados judicialmente	44.591	(91.698)
(-) Pagamento de carta de crédito	(69.533)	(6.504)
(+) Recebimentos de receita financeira	7.039	77.574
(-) Pagamento das despesas financeiras	(286.341)	(103.223)
(-) Pagamentos de processos judiciais	(3.084.522)	-
(=) Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	15.118.201	9.804.564
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(-) Investimentos em terminais	(66.422)	(88.563)
(-) Aquisição de ativo imobilizado	(22.130.706)	(15.276.117)
(+) Venda do ativo imobilizado	1.770.380	-
(=) Disponibilidades aplicadas nas atividades de investimentos	(20.426.748)	(15.364.680)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
(+) Novos empréstimos e financiamentos	23.200.402	16.315.400
(-) Amortização de empréstimos e financiamentos	(12.852.786)	(6.457.962)
(-) Pagamento de dividendos	(4.359.183)	(3.113.386)
(=) Disponibilidades geradas pelas atividades de financiamentos	5.988.433	6.744.052
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	679.886	1.183.936
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.449.910	265.974
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.129.796	1.449.910
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	679.886	1.183.936

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 - *Em reais*

1. Contexto operacional: A UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A., empresa devidamente localizada a Avenida Augusto Antunes, nº 816 - Limoeiro - São Paulo-SP - CEP: 08051-370, fundada em 07/07/2014, inscrita no CNPJ sob o nº 20.589.268/0001-18, é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal. Foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D4 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2019/0002193-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 7/01/2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 3/01/2012 e alterações, Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, e demais normas aplicáveis, com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 42/2019 SMT.GAB - Lote Operacional D4 em caráter emergencial e a título precário de delação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinada em 24/05/2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT. Em 06/09/2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando: o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos; para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e do último dia de cada mês; e em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano. O objeto do contrato é a delação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, em São Paulo, nos termos do artigo 2 do Decreto Municipal nº 58.200, de 5/04/2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30/11/2018, do Lote D4, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares; b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operações dos terminais de integração e estações de transferência; e) serviços de tecnologia da informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atende, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30/12/2015. **2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **3. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem registrados no curto prazo. **(c) Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais. A Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos pelo menos uma vez ao ano, e em 31 de dezembro de 2020 não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de valor de recuperação. **(d) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. **(e) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **(f) Instrumentos financeiros:** O Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração financeira. **(g) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável trimestral, excedente de R$ 60 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, ajustado com as adições e exclusões, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **(h) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são reconhecidas levando-se em conta a opinião da Administração e dos seus assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, sua complexidade e no posicionamento de tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, a provisão é reconhecida. As provisões para reclamações trabalhistas são reconhecidas com base no percentual histórico de desembolsos para cada demanda. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa que a Empresa possui para mensurar a saída de recursos que se espera que ocorra. **4. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas:** A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e provisões julgadas necessárias para passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos não circulantes são revistos anualmente para que se possa identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **5. Gerenciamento de risco financeiro: (a) Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamento a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **(b) Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do seu patrimônio. **(c) Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito em relação às contas a receber é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das Companhias para as quais são prestados os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. E, se necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos. **(d) Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários suficientes, bem como disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de dezembro de 2020, assim como não realizou operações com derivativos financeiros. **(e) Risco de taxas de juros:** O risco da taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas contratuais firmadas com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com os participantes desse mercado. **6. Plano de contas:** O plano de contas implantado na Companhia foi baseado na estrutura apresentada pela SPTRANS - São Paulo Transportes adequada a nossa realidade operacional. **7. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência. • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 - *Presentation of Financial Statements* (correlato ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. • Alteração das normas CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 - Definição de materialidade. Fornece uma nova definição de material que afirma. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2021. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

8. Caixa e equivalentes em caixa: Descrição	2020	2019
Caixa e bancos	162.433	384.545
Aplicações financeiras	1.967.363	1.065.365
Total	2.129.796	1.449.910

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **9. Contas a receber:** Referem-se ao saldo do valor a receber, conforme o Demonstrativo de Remuneração de Sistema Local, decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Transportes. **10. Investimentos:** Conforme item 3.49 do Contrato de Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público Passageiros, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30/08/2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3., 1.1.4. e 1.1.5. do referido contrato. A partir de 09/2019, o Poder Concedente vem descontando dos valores a pagar à Companhia, o montante para fins de investimento neste Fundo de Investimento em Participações.

11. Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação (a.a.)	Custos	Depreciação acumulada	2020 Líquido	2019 Líquido
Edificações	4%	3.634.400	(733.443)	2.900.957	3.052.896
Veículos	20%	59.579.535	(20.840.796)	38.738.739	25.534.775
Móveis e utensílio		23.987	-	23.987	23.030
Máquinas e equipamentos	10%	61.820	(98)	61.722	59.955
Bilhetagem eletrônica	20%	415.830	(91.263)	324.567	274.507
Benfeitoria em imóvel de terceiros		55.000	-	55.000	-
		63.770.572	(21.665.600)	42.104.972	28.945.163

Movimentação do custo

Descrição	2019	Adições	Baixas	2020
Edificações	3.634.400	-	-	3.634.400
Veículos	39.377.513	21.972.402	(1.770.380)	59.579.535
Móveis e utensílio	23.030	957	-	23.987
Máquinas e equipamentos	59.955	1.865	-	61.820
Bilhetagem eletrônica	315.348	100.482	-	415.830
Benfeitoria em imóvel de terceiros	-	55.000	-	55.000
	43.410.246	22.130.706	(1.770.380)	63.770.572

Movimentação da depreciação

Descrição	2019	Adições	Baixas	2020
Edificações	(581.504)	(151.939)	-	(733.443)
Veículos	(13.842.738)	(6.998.058)	-	(20.840.796)
Móveis e utensílio	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	(98)	-	(98)
Bilhetagem eletrônica	(40.841)	(50.422)	-	(91.263)
	(14.465.083)	(7.200.517)	-	(21.665.600)

12. Empréstimos: Refere-se aos contratos firmados junto à instituição financeira para fins de cobertura de capital de giro, com taxa de juros de 2,5% a.m.

13. Obrigações tributárias: Descrição	2020	2019
IRPJ a recolher	1.819.878	899.273
CSLL a recolher	638.183	306.765
IRRF a recolher	9.884	1.795
IPTU a recolher	287.233	60.847
Total	2.755.178	1.268.680

14. Obrigações trabalhistas: Descrição	2020	2019
Salários a pagar	398.860	805.987
INSS a recolher	671.607	906.720
FGTS a recolher	182.522	164.965
Rescisões a pagar	55.022	14.455
Outras	58.514	6.929
Total	1.366.525	1.899.056

15. Parcelamentos previdenciários: Em julho de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), parcelando os débitos de INSS, do período de janeiro de 2015 a julho de 2016, em 120 meses. Em outubro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado, parcelando os débitos de INSS, do período de 13° de 2017 e de abril de 2018 a 13° de 2018, em 60 meses. Em outubro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado Ordinário, parcelando os débitos de INSS, do período de abril de 2019 a junho de 2020, em 60 meses. Em dezembro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado Ordinário, parcelando os débitos de INSS, de julho de 2020 a novembro de 2020, em 60 meses. **16. Financiamentos:** Refere-se aos contratos firmados junto à instituição financeira para fins de aquisição de veículos, com taxa de juros que varia de 0,85% a 1,30% a.m. **17. Provisão para contingências:** A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. __Passivos contingentes - risco de perda possível:__ A Companhia possui ainda ações de natureza cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R$ 15.250 mil não sendo, portanto, requerida provisão na data. **18. Patrimônio líquido:** O capital social subscrito é de R$ 20.734.400, sendo 1.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal e 19.734.400 ações preferenciais nominativas com valor nominal. ***Reserva legal:*** A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. ***Reserva estatutária:*** A reserva estatutária é constituída a razão de 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 194 da Lei nº 6.404/76. ***Lucro por ação:*** O lucro por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído. **19. Informações suplementares:** Em 31 de dezembro de 2020, a partir dos saldos apresentados no Balanço Patrimonial, os índices apresentados pela administração são:

Índices contábeis	Fórmulas	Índice calculado	2020
Liquidez Corrente	Ativo circulante / Passivo circulante	5.307.375 / 7.999.489	0,66
Liquidez Geral	Ativo circulante + Realizável a longo prazo / Passivo circulante + Exigível a longo prazo	5.643.341 / 36.352.497	0,16
Liquidez Seca	Ativo circulante - Estoques / Passivo circulante	5.254.994 / 7.999.489	0,66
Endividamento Total	Passivo circulante + Exigível a longo prazo / Ativo total	36.352.497 / 47.909.929	0,76
Quociente de Solvência	Ativo total / Passivo total - Patrimônio líquido	47.909.929 / 36.352.497	1,32

20. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía cobertura de seguro de frotas e de acidentes pessoais de passageiros, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Diretoria — **Ubiratan Antônio da Cunha** - Diretor Presidente — **André Barauna Vieira** - Contador - CRC 1SP 211.634/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos acionistas e administradores
UPBUS Qualidade em Transportes S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da UPBUS Qualidade em Transportes S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UPBUS Qualidade em Transportes S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria de ano anterior:** As demonstrações financeiras da UPBUS Qualidade em Transportes S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentado para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por outros auditores, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 20 de abril de 2020. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2021
Unity Auditores Independentes - CRC 2SP026236
Edison Ryu Ishikura - Contador CRC 1SP200894/O-0

VOLTALIA AREIA BRANCA I PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 18.396.589/0001-54

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Balanços patrimoniais *(Em milhares de reais)*

Ativo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante	6.133	8.350	41.590	44.915
Caixa e equivalente de caixa	2.471	2.465	25.578	26.009
Contas a receber	–	–	13.694	16.167
Despesas antecipadas	–	–	536	493
Adiantamentos a fornecedores	117	124	467	318
Impostos a recuperar	747	1.361	1.271	1.880
Dividendos - Partes relacionadas	2.798	4.399	–	–
Contas a receber - Partes relacionadas	–	1	–	–
Outros ativos	–	–	44	48
Não circulante	201.796	194.686	415.935	422.956
Títulos e valores mobiliários	–	–	23.988	16.288
Contas a receber de longo prazo	–	–	9.304	6.626
Mútuos - Partes relacionadas	52.579	51.012	52.579	51.012
Investimentos	149.217	143.674	–	–
Imobilizado	–	–	324.824	343.511
Intangível	–	–	5.240	5.519
Total do ativo	207.929	203.036	457.525	467.871

Passivo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante	9.529	11.010	44.432	43.224
Fornecedores	15	5	7.401	4.649
Empréstimos e financiamentos	–	–	23.031	22.880
Obrigações fiscais e trabalhistas	413	1.124	3.307	4.301
Contas a pagar - Partes relacionadas	8	9	60	28
Dividendos - Partes relacionadas	9.093	9.872	9.093	9.872
Penalidades contratuais	–	–	1.391	1.309
Passivo de arrendamentos	–	–	149	185
Não circulante	964	791	215.658	233.412
Empréstimos e financiamentos	–	–	203.083	222.721
Penalidades contratuais	–	–	6.461	1.547
Provisões fiscais e trabalhistas	964	791	1.160	2.329
Passivo de arrendamentos	–	–	4.954	6.815
Total do passivo	10.493	11.801	260.090	276.636
Patrimônio líquido	197.436	191.235	197.436	191.235
Capital social	158.417	158.417	158.417	158.417
Reserva de lucro	32.250	26.457	32.250	26.456
Reserva legal	6.769	6.361	6.769	6.362
Total do passivo e patrimônio líquido	207.929	203.036	457.526	467.871

Demonstração das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Lucros	Reservas de Lucros: Total	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2018	158.417	5.569	79.233	84.802	(23.760)	243.219
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	15.837	15.837
Outras movimentações	–	–	–	–	1.364	1.364
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	–	793	–	793	(793)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(4.100)	(4.100)
Dividendo adicional	–	–	(65.085)	(65.085)	–	(65.085)
Lucros retidos a deliberar	–	–	12.308	12.308	(12.308)	–
Saldos em 31/12/2019	158.417	6.362	26.456	32.818	–	191.235
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	8.133	8.133
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	–	407	–	407	(407)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(1.931)	(1.931)
Lucros retidos a deliberar	–	–	5.794	5.794	(5.794)	–
Saldos em 31/12/2020	158.417	6.769	32.250	39.019	–	197.436

Demonstrações dos fluxos de caixa *(Em milhares de reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro antes do IRPJ e CSLL	8.537	16.936	11.089	20.997
Ajustes por				
Rendimento de aplicações financeiras	–	–	(508)	(3.571)
Resultado financeiro - provisão de juros	(1.567)	(3.194)	18.146	21.330
Resultado em equivalência patrimonial	(7.270)	(13.617)	–	–
Depreciações e amortizações	–	–	17.562	17.451
Penalidade (Ressarcimento) - Provisão	–	–	4.467	(353)
Diminuição (aumento) nos ativos				
Contas a receber	–	–	324	9.636
Adiantamentos a fornecedores	7	(1)	(149)	(14)
Despesas antecipadas	–	–	(43)	295
Redução em outros ativos	–	–	4	47
Impostos a recuperar	614	(248)	609	(254)
Contas a receber - Partes relacionadas	1	5	–	5
Aumento (diminuição) nos passivos				
Fornecedores	10	(11)	2.752	1.449
Obrigações fiscais e trabalhistas	(490)	41	(2.179)	(587)
Contas a pagar - Partes relacionadas	(1)	–	32	(1.059)
Passivo de arrendamentos	–	–	(583)	(463)
Outras obrigações	–	–	–	(266)
Recursos provenientes das atividades operacionais	(159)	(89)	51.523	64.643
Juros pagos sobre financiamento	–	–	(17.018)	(21.573)
IR e CS pagos	(452)	(1.064)	(2.938)	(6.370)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades operacionais	(611)	(1.153)	31.567	36.700

Demonstração do resultado *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional, líquida	–	–	65.168	69.334
Custos operacionais	–	–	(35.418)	(30.616)
Resultado bruto	–	–	29.750	38.718
Despesas operacionais				
Despesas administrativas	(272)	(64)	(1.331)	(2.257)
Resultado de equivalência patrimonial	7.270	13.617	–	–
Lucro operacional	6.998	13.553	28.419	36.461
Despesas financeiras	(8)	(18)	(20.247)	(24.073)
Receitas financeiras	1.547	3.401	2.917	8.609
Resultado financeiro	1.539	3.383	(17.330)	(15.464)
Resultado antes do IR e CS	8.537	16.936	11.089	20.997
IR e CS	(404)	(1.099)	(2.956)	(5.160)
Lucro líquido do exercício	8.133	15.837	8.133	15.837

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Fluxos de caixa das atividades de investimento	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários	–	–	(7.192)	61.169
(Aquisições) baixas de imobilizado	–	–	(349)	(111)
(Aquisições) baixas de Intangível	–	–	–	(4)
Dividendos	3.327	71.788	–	–
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de investimento	3.327	71.788	(7.541)	61.054
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	–	(21.747)	(21.705)
Dividendos	(2.710)	(68.719)	(2.710)	(68.719)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de financiamento	(2.710)	(68.719)	(24.457)	(90.424)
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	6	1.916	(431)	7.330
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.465	549	26.009	18.679
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	6	1.916	(431)	7.330
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.471	2.465	25.578	26.009
Transações que não afetam o caixa				
Registro de passivos de arrendamento e direito de uso	–	–	(1.758)	7.110
Baixa de imobilizado x Fornecedor	–	–	–	6.099

Olívia Raquel Vieira dos Santos
CRC: RJ 118.229/O-4

VOLTALIA AREIA BRANCA II PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 18.394.146/0001-24

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Balanços patrimoniais *(Em milhares de reais)*

Ativo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante	9.518	11.259	38.267	40.974
Caixa e equivalente de caixa	309	526	23.107	23.544
Contas a receber	–	–	13.694	16.168
Despesas antecipadas	–	–	536	493
Adiantamentos a fornecedores	1	15	353	192
Impostos a recuperar	42	37	525	519
Dividendos - Partes relacionadas	1.783	3.628	–	–
Mútuos - Partes relacionadas	7.374	7.044	–	–
Contas a receber - Partes relacionadas	9	9	9	9
Outros ativos	–	–	43	49
Não circulante	149.923	143.906	363.351	371.943
Títulos e valores mobiliários	337	42	23.988	16.288
Contas a receber de longo prazo	–	–	9.304	6.625
Investimentos	149.586	143.864	–	–
Imobilizado	–	–	324.820	343.511
Intangível	–	–	5.239	5.519
Total do ativo	159.441	155.165	401.618	412.917

Passivo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante	10.215	11.482	37.708	36.623
Fornecedores	10	7	7.386	4.644
Empréstimos e financiamentos	–	–	23.029	22.880
Obrigações fiscais e trabalhistas	11	12	2.894	3.178
Contas a pagar - Partes relacionadas	1	1	61	29
Dividendos - Partes relacionadas	2.798	4.398	2.798	4.398
Mútuos - Partes relacionadas	7.395	7.064	–	–
Penalidades contratuais	–	–	1.391	1.309
Passivo de arrendamentos	–	–	149	185
Não circulante	9	9	214.693	232.620
Empréstimos e financiamentos	–	–	203.082	222.721
Penalidades contratuais	–	–	6.461	1.547
Provisões fiscais	9	9	196	1.537
Passivo de arrendamentos	–	–	4.954	6.815
Total do passivo	10.224	11.491	252.401	269.243
Patrimônio líquido	149.217	143.674	149.217	143.674
Capital social	107.995	107.995	107.995	107.995
Reserva de lucro	34.499	29.319	34.499	29.319
Reserva legal	6.723	6.360	6.723	6.360
Total do passivo e patrimônio líquido	159.441	155.165	401.618	412.917

Demonstração das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Lucros	Reservas de Lucros: Total	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2018	107.995	5.679	80.888	86.567	–	194.562
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	13.617	13.617
Outras movimentações	–	–	–	–	1.364	1.364
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	–	681	–	681	(681)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(3.574)	(3.574)
Dividendo adicional	–	–	(62.295)	(62.295)	–	(62.295)
Lucros retidos a deliberar	–	–	10.726	10.726	(10.726)	–
Saldos em 31/12/2019	107.995	6.360	29.319	35.679	–	143.674
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	7.270	7.270
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	–	363	–	363	(363)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(1.727)	(1.727)
Lucros retidos a deliberar	–	–	5.180	5.180	(5.180)	–
Saldos em 31/12/2020	107.995	6.723	34.499	41.222	–	149.217

Olívia Raquel Vieira dos Santos
CRC: RJ 118.229/O-4

Demonstrações dos fluxos de caixa *(Em milhares de reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro antes do IRPJ e CSLL	7.270	13.617	9.821	17.676
Ajustes por				
Rendimento de aplicações financeiras	(1)	(4)	(508)	(3.571)
Resultado financeiro - provisão de juros	5	8	19.719	24.524
Resultado em equivalência patrimonial	(7.508)	(13.834)	–	–
Depreciações e amortizações	–	–	17.562	17.448
Penalidade (Ressarcimento) - Provisão	–	–	4.467	(353)
Diminuição (aumento) nos ativos				
Contas a receber	–	–	324	9.636
Adiantamentos a fornecedores	14	(3)	(161)	(19)
Despesas antecipadas	–	–	(43)	(9)
Redução em outros ativos	–	31	6	668
Impostos a recuperar	(5)	(37)	(6)	(322)
Contas a receber - Partes relacionadas	–	(1)	–	(1)
Aumento (diminuição) nos passivos				
Fornecedores	3	(8)	2.742	1.443
Obrigações fiscais e trabalhistas	(1)	–	(1.690)	(645)
Penalidades contratuais	–	–	–	–
Contas a pagar - Partes relacionadas	–	–	32	(1.063)
Passivo de arrendamentos	–	–	(583)	(463)
Outras obrigações	–	–	–	(216)
Recursos provenientes das atividades operacionais	(223)	(231)	51.682	64.733
Juros pagos sobre financiamento	–	–	(17.018)	(21.573)
IR e CS pagos	–	–	(2.486)	(5.307)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades operacionais	(223)	(231)	32.178	37.853

Demonstração do resultado *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional, líquida	–	–	65.163	69.334
Custos operacionais	–	–	(35.756)	(30.909)
Resultado bruto	–	–	29.407	38.425
Despesas operacionais				
Despesas administrativas	(70)	(61)	(2.061)	(1.902)
Outras receitas (despesas)	–	–	1.345	–
Resultado de equivalência patrimonial	7.508	13.834	–	–
Lucro operacional	7.438	13.773	28.691	36.523
Despesas financeiras	(389)	(604)	(20.239)	(24.055)
Receitas financeiras	221	448	1.369	5.208
Resultado financeiro	(168)	(156)	(18.870)	(18.847)
Resultado antes do IR e CS	7.270	13.617	9.821	17.676
IR e CS	–	–	(2.551)	(4.059)
Lucro líquido do exercício	7.270	13.617	7.270	13.617

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Fluxos de caixa das atividades de investimento	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários	(294)	43	(7.192)	61.169
(Aquisições) baixas de imobilizado	–	–	(349)	(111)
(Aquisições) baixas de intangível	–	–	–	(4)
Dividendos	3.627	72.133	–	–
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de investimento	3.333	72.176	(7.541)	61.054
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	–	(21.747)	(21.705)
Dividendos	(3.327)	(71.788)	(3.327)	(71.788)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de financiamento	(3.327)	(71.788)	(25.074)	(93.493)
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	(217)	157	(437)	5.414
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	526	369	23.544	18.130
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	(217)	157	(437)	5.414
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	309	526	23.107	23.544
Transações que não afetam o caixa				
Registro de passivos de arrendamento e direito de uso	–	–	(1.758)	7.110
Baixa de imobilizado x fornecedor	–	–	–	(6.099)

FRAZÃO Leilões — **LEILÃO** Presencial e Online — **27/05/2021** 5ª feira – às 11h00 — Itaú

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Condomínio e IPTU quitados pelo ITAÚ até o dia do leilão!

15 IMÓVEIS ✓APARTAMENTOS ✓CASAS ✓SALA COMERCIAL

OCUPADOS E DESOCUPADOS

LOTE 01 - LIMEIRA/SP – Jd. Nova Canudos – Sala Comercial/Residencial c/01 Vaga - Av. Ana Lombardi Gasparini, 115, Unidade 4 – Cond. Ed. Ouro Branco. Área Privativa: 70,31m². Área Total: 92.33m². Lance Mínimo R$ 218.600,00 * **LOTE 02 - RIO DE JANEIRO/RJ –** Marechal Hermes – Apto - Rua Coronel Laurênio Lago, 130, Apto 201. Área privativa: 150m². Lance Mínimo R$ 414.000,00 * **LOTE 03 - FORTALEZA/CE –** Tatuapé - Apto c/01 Vaga - Rua Fiscal Vieira, 3800, Apto. 307, Bloco B, Ed. Renata Jatahy. Área privativa: 95,31m². Área total: 121,19m². Lance Mínimo R$ 131.600,00 * **LOTE 04 - ITAUÇU/GO –** Centro – Casa - Av. Cuiabá, 71 (lote 02/ Quadra 30). Terreno: 624m². Área construída: 175,10m². Lance Mínimo R$ 115.600,00 * **LOTE 05 - RIO DE JANEIRO/RJ –** Barra da Tijuca – Apto c/2 Vagas - Rua Engenheiro Ataulpho Coutinho, 200, Apto. 804, do Bloco 2, Freguesia Jacarepaguá. Área privativa: 122m². Lance Mínimo R$ 900.200,00 * **LOTE 06 - CAMPINAS/SP –** Jd. Boa Esperança - Casa - Rua Dr. Frederico Marcondes Machado, 67-H - lote 23, da quadra "R". Área construída: 347,26m². Área total: 275m². Lance Mínimo: R$ 355.000,00 * **LOTE 07 - IMPERATRIZ/MA –** Jd. Veneza - Casa - Rua 01, 20 - Lotes 20 e 21, Quadra 03. Terreno: 311m². Área construída: 196,70m². Lance Mínimo R$ 125.200,00 * **LOTE 08 - RIBEIRAO PRETO/SP -** Ipiranga - Prédio - Rua Pará, 1.499. Terreno: 625,21m². Lance Mínimo R$ 342.500,00 * **LOTE 09 - CENTRAL/BA -** Central - Casa - Av. Presidente Vargas, 56, lote 47, quadra 09. Terreno: 214,31m². Área Construída: 158,34m². Lance Mínimo: R$ 54.000,00 * **LOTE 10 - CRICIÚMA/SC -** São Defende - Casa - Rua Salute Ronchi Passini, 165. Terreno: 450m². Área construída 355,78m². Lance Mínimo R$ 219.500,00 * **LOTE 11 - GOIATUBA/GO -** Centro - Casa - Rua Piauí, 1760 - Lote 2-B Qd 250-A. Terreno: 300m². Área construída: 140,34m². Lance Mínimo R$ 141.500,00 * **LOTE 12 - SÃO PAULO/SP –** Vila Buarque – Conj. Comercial c/01 Vaga - Rua Major Sertório, 212 – Conj. Comercial 62 – Edif Rodolpho Pirani. Área total: 132,80m². Lance Mínimo R$ 358.900,00 * **Lote 13 - GUARUJÁ/SP –** Jd. Virginia - Casa - Av. Professor João Baptista Julião, 601, Lote 5, Quadra 68. Terreno: 300m². Área Construída: 142,24m². Lance Mínimo R$ 246.800,00 * **LOTE 14 - ITANHAÉM/SP –** Conj. Res. Varandas de Cibratel II – Apto c/01 Vaga - Rua Iguaçu, 120, Apto 32, Bloco A2, Ed. Tortugas. Área privativa: 65m². Área Total: 124,56m². Lance Mínimo R$ 122.800,00 * **LOTE 15 - SÃO PAULO/SP –** Cidade Patriarca - Casa - Rua Quintiliano Moreira César, 109, Lote 13, Quadra 19. Terreno: 150m². Área Construída: 138,25m². Lance Mínimo: R$ 422.000,00 *

À vista ou À prazo: até 8X com sinal de 20% e sem juros; até 24X com sinal de 25% e juros de 12% a.a. tab. price + IGPM; até 78X com sinal de 30% e juros de 12% a.a. tab. price + IGPM.

Leia o Edital no site da leiloeira. Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online. Rua da Mooca, 3547 – São Paulo/SP.

Ana Claudia Campos Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.

Tel. 11-3550-4066 – FrazaoLeiloes.com.br

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1049004-58.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULA REGINA SCHEMPF CATTAN, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Josid Pães e Doces Ltda (CNPJ. 17.398.511/0001-06) e Paulo Henrique Rodrigues de Araújo (CPF. 364.268.988-48), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 135.180,24 (março de 2017), representada pela Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo - Capital de Giro, de n.º 008.578-948. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de abril de 2021. 20 e 21/05/2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1049060-26.2017.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). FABRICIO STENDARD, na forma da Lei, etc. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1049060-26.2017.8.26.0002. O Dr. Fabrício Stendard, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, Faz Saber a Nazidir Ramos da Rocha Pinto (CNPJ. 14.826.299/0001-42) e Nazidir Ramos da Rocha Pinto (CPF. 042.703.108-71), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação Monitória, para cobrança da quantia de R$ 153.124,50 (agosto de 2017), decorrente do Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças nº 7672057. Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isentos de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. Será o presente, afixado e publicado. 20 e 21/05/2021

11ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. **D E C I S Ã O.** Processo nº: **0025900-78.2020.8.26.0100.** Classe – Assunto: **Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Contratos Bancários.** Requerente: **Banco Pine S/A.** Requerido: **Cristal Mirassol Negócios e Participações Ltda ("cristal") e outros.** Vistos. 1. Fls. 482/483: ante a Nota de Devolução expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Mirassol-SP (fls. 466), retifique-se a certidão de arresto e reitere-se a requisição conforme requerido, para constar que: (i) a metragem correta da área do imóvel objeto da matrícula nº. 55.333, do referido registro imobiliário é de 8.006,16 metros quadrados e (ii) o número correto da matrícula referente ao imóvel nº 7 "Lote 33, da Quadra 14 do loteamento denominado 'Residencial Parque dos Ipês I'" é a matrícula nº 46.485. 2. Fls. 484/488: defiro o aditamento da precatória (processo nº 1002980-95.2020.8.26.0358) a fim de determinar a intimação dos desconsiderandos acerca dos arrestos deferidos. Esta decisão valerá como ofício, a ser encaminhado pelo autor ao Juízo Deprecado. Deverá instruir o ofício a decisão que deferiu os arrestos (fls. 237/238). 3. Em relação à empresa I.M. Mirassol Administração e Participações Ltda., tendo em vista que já foram diligenciados os endereços registrados junto à Receita Federal e à JUCESP, defiro a citação editalícia, servindo a presente decisão como edital. Este Juízo **FAZ SABER** a **I.M. Mirassol Administração e Participações Ltda., CNPJ nº 33.904.547/0001-70**, domiciliada em local incerto e não sabido, que lhe foi movida Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por Banco Pine S.A. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. Recolha a parte autora as custas referentes à publicação no DJE, no valor de R$ 132,72, providenciando, no mais, a publicação do edital em jornais de grande circulação, comprovando-se nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. São Paulo, 11 de maio de 2021. Luiz Gustavo Esteves. Juiz de Direito. 20 e 21/05/2021

ISEC SECURITIZADORA S.A

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08
(sucessora por incorporação da Isec Brasil Securitizadora S.A, a partir de 01/09/2017)

__EDITAL DE CONVOCAÇÃO__ - ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 23ª E 24ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 23ª e 24ª Séries da 1ª Emissão da **ISEC SECURITIZADORA S.A.** ("__CRI__", "Emissão" e "__Emissora__" respectivamente), a VÓRTX. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.("__Agente Fiduciário__"), a reunirem-se em **__1ª convocação__** para Assembleia Geral de Titulares de CRI, à realizar-se no dia **09 de junho de 2021 às 14h00**, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, conforme Instrução Normativa CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("__IN CVM 625__"), nos termos deste edital, a fim de nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos CRI ("__Termo de Securitização__"), deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Avaliar o pedido apresentado pela Devedora à Securitizadora em 30 de abril de 2021, para: **(i)** dispensar o cumprimento de obrigações de natureza pecuniárias e não pecuniárias em atraso, sem que isso acarrete qualquer penalidade prevista nos Documentos da Operação; **(ii)** aprovação da recompra facultativa da totalidade dos Créditos Imobiliários Loteamento ("__Recompra Facultativa__"), com o resgate antecipado das Debêntures e consequentemente dos CRI, na forma estabelecida na cláusula 7.4 do Contrato de Cessão, com a dispensa do pagamento dos encargos e Multa Indenizatória previstos, de modo que haja a retrocessão dos Créditos Imobiliários aos Cedentes em até 15 (quinze) dias úteis contados da realização da Assembleia; **(iii)** em razão da Recompra Facultativa, aprovar que a Emissora após o recebimento do Valor da Recompra Facultativa, realize dentro do prazo de 5 (cinco) dias corridos, o Resgate Antecipado dos CRI, da seguinte forma: **(1)** com os recursos provenientes da Recompra Facultativa realizar o Resgate Antecipado Total dos CRI da 23ª Série ("__CRI Seniores__"); e **(2)** por meio de dação em pagamento realize o resgate antecipado total dos CRI da 24ª Série ("__CRI Subordinado__"); **(iv)** Após o Resgate Antecipado dos CRI, na forma estabelecido no item (ii), aprovar que a Emissora promova a devolução de quaisquer valores que sobejarem na Conta Centralizadora dos CRI, descontadas eventuais despesas decorrentes do Patrimônio Separado; **(v)** Caso aprovada a Recompra Facultativa na forma estabelecida no item (ii), sustar os efeitos previstos nos Documentos da Operação pelo não atendimento da Reserva Mínimo no Fundo de Reserva durante o período de convocação desta Assembleia; e b) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário, em razão das deliberações tomadas pelos Titulares dos CRI acima, para que pratiquem todos os atos necessários ao seu cumprimento, incluindo, mas não se limitando, a celebração de eventuais aditamentos. A Securitizadora informa que o material necessário para embasar a deliberação dos Titulares dos CRI estará disponível no site da Emissora: www.isecbrasil.com.br e no site da CVM: www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado que o **quórum de instalação** da assembleia em primeira convocação é de titulares dos CRI que representem pelo menos 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação, em segunda convocação, com qualquer número, e o **quórum de deliberação** é de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 12.8.1 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet, sem possibilidade de participação de forma presencial ou de envio de instrução de voto, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestão@isecbrasil.com.br com cópia para juridico@isecbrasil.com.br e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular do CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Conforme art. 7º da IN CVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo à eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 20 de maio de 2021.
ISEC SECURITIZADORA S.A
21 e 22/05

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1015317-39.2019.8.26.0007 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). ANTONIO MARCELO CUNZOLO RIMOLA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) KLEBER SOARES CORREIA, Brasileiro, Solteiro, Motorista, CPF 347.858.958-45, com endereço à Rua Artur Cadore, 04, Vila Carmosina, CEP 08295-190, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, alegando em síntese: lhe ajuizou Execução de Título Extrajudicial, no valor de R$ 80.899,47 (atualizado até 0/07/2019) referente ao saldo devedor do instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças n. 4.364.157. Encontrando-se o executado em lugar ignorado, foi deferida a citação e intimação por edital, para que em 03 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o valor mencionado, caso em que os honorários serão reduzidos pela metade, ou em 15 dias embargue ou reconheça o crédito da exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora e avaliação de bens. No silêncio, o executado será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de dezembro de 2020. B 20 e 21/05

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE VINTE (20) DIAS. PROCESSO Nº 0144471-86.2012.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Clarissa Rodrigues Alves, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **OLINDA ALVES RIBEIRO DE LUNA, RG 12011948, CPF 312.488.008-00**, que Herbert Donini, ajuizou uma Ação Monitória, objetivando o recebimento de R$ 4.832,56 (07.05.2012), acrescidos de juros e correção monetária, referente ao cheque nº 000011 do Banco Bradesco, no valor de R$ 3.002,00, devolvido pelas alíneas 11 e 12. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a **Citação por Edital**, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o valor supra devidamente corrigido, e honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (Art. 701 do NCPC), que a tornará isenta das custas ou embargue, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2021. B 20 e 21/05

FORO REGIONAL XI - PINHEIROS - 4ª VARA CÍVEL
Rua Jericó s/n - sala C - Vila Madalena - CEP 05435-040 - Fone: (11) 3815-1014 - São Paulo-SP - E-mail: pinheiros4cv@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **0005273-63.2019.8.26.0011**. A MMª Juíza de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, **Dra. VANESSA BANNITZ BACCALA DA ROCHA**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **CAMILA DE SOUZA VALDIVIA**, brasileira, solteira, empresária, RG nº 34.202485-1, CPF nº 322.730.208-05 e **PROCARTA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA**. CNPJ nº 65.699.704/0001-40 que lhes foi proposta uma ação de **INCIDENTE** de **DESCONSIDERAÇÃO** de **PERSONALIDADE JURÍDICA** por parte de **13A INFORMÁTICA E MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA.**, para sua inclusão no pólo passivo da **EXECUÇÃO** (proc. nº **1129698-14.2015.8.26.0100**) para recebimentode R$27.788,37(novembro/2015). Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foideterminada a CITAÇÃO por EDITAL para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de **15 dias,** que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, **APRESENTEM MANIFESTAÇÃO** e requerimento de eventuais provas, nos termos dos **art. 133, § 2º e 135 do Código de Processo Civil.** Não sendo contestada a ação no prazo legal, será considerado revel, caso em queserá nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de abril de 2021.

20 e 21/05

Pazuello: preço foi entrave para aumentar doses pelo Covax Facility

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia do Senado na quarta-feira (19), o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello disse que em sua gestão à frente da pasta não foram adquiridas doses de vacinas pelo Consórcio Internacional Covax Facility para imunizar 50% da população brasileira por causa do custo e da falta de garantias de recebimento dos imunizantes. "Não havia garantia de fornecimento. Então, naquele momento, o que nós nos preocupamos era que nós assumíssemos um grau de recursos altíssimo sem uma garantia de entrega efetiva do laboratório. A Covax Facility não nos dava nem data, nem cronograma, nem garantia de entrega ", disse, acrescentando que as negociações no âmbito do grupo eram "muito nebulosas".

Segundo Pazuello, estar no consórcio era o mais importante e havia a opção de comprar mais vacinas. "O consórcio iria atender 190 países, e, na nossa visualização, não chegaríamos a receber nem esses 10%", afirmou.

O ex-ministro confirmou aos senadores que a pasta comprou máscaras KN95 chinesas e que o material foi considerado impróprio para uso hospitalar, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por problemas na filtragem de ar. "Confirmo que compramos as máscaras e foram distribuídas. Talvez algumas não tivessem o selo para ser usada em uma UTI [unidade de terapia intensiva], mas poderiam ser usadas em outras situações", disse.

Pazuello disse ainda não se recordar do destino que tiveram as máscaras compradas para uso hospitalar depois que foram recolhidas pelo ministério.

Sobre a crise em Manaus por falta de oxigênio na rede hospitalar, Pazuello disse à CPI que tomou conhecimento da situação no dia 10 de janeiro em uma reunião com o governador do Amazonas, Wilson Lima, e o secretário de Saúde do estado. Segundo o ex-ministro, houve falta de estoque por apenas três dias em janeiro. Pazuello disse que iniciou o transporte de oxigênio para o estado seis dias antes de pessoas começarem a morrer por falta do insumo no dia 14 de janeiro. "No dia 8 de janeiro, já vão seis dias antes, já tínhamos iniciado o transporte aéreo de oxigênio para Manaus, para atender essa logística. Nos dias 8, 10, 11, 12, 13,14, todos os dias. Transporte de oxigênio por avião, por balsas. Isso em janeiro", afirmou.

Segundo o ex-ministro, o estoque foi normalizado em quatro ou cinco dias após o Ministério da Saúde ser comunicado sobre o risco de desabastecimento. "Em quatro ou cinco dias já estávamos com nível de estoque restabelecidos. Tivemos três dias onde aconteceram as maiores dificuldades", afirmou.

"Do dia 10 de janeiro ao dia 20, quando chegou a primeira carga [doada] da Venezuela, passaram-se dez dias, morrendo ao dia, em média, 200 pessoas no Amazonas. Não faltou oxigênio no Amazonas em apenas três dias. Faltou oxigênio por mais de 20 dias. É só ver o número de mortos", rebateu o senador Eduardo Braga (MDB-AM).

Na terça-feira, em depoimento ao colegiado, o ex-chanceler Ernesto Araújo afirmou que os Estados Unidos disponibilizaram um avião equipado para transportar oxigênio e que o governo do estado não respondeu aos pedidos de especificação do material. Também não houve informações nesse sentido por parte do Ministério da Saúde, e a ajuda não foi concretizada.

"Com relação a por que o estado não fez, deveria ter feito, na minha análise, se não fez, tem que ser questionado. O ministério acho que nunca foi instado. O que eu soube do avião foi por telefone, e a resposta foi: sim, temos interesse", declarou. Pazuello disse aos senadores que em momento algum chegou a ele solicitação sobre especificações de material ou demandas que ele devesse fazer pelo ministério. "Nós estávamos vivendo ali, digamos, o fogo forte naquele momento", afirmou.

Outro tema abordado foram os testes para covid-19 comprados pelo Ministério da Saúde que teriam perdido a validade. "Não foi perdido nenhum teste. Zero", atestou. Pazuello lembrou que o prazo colocado pela Anvisa foi emergencial. "A validade foi emergencial feita pela Anvisa e foi revista naturalmente. Fazia parte do processo aumentar a validade, até porque a testagem é por demanda", completou. Aos senadores, o ex-ministro disse que o Ministério da Saúde aumentou a capacidade de processamento do país de 1,1 mil testes por dia para 66 mil testes por dia.

Ao falar sobre entregas de cloroquina feitas pelo Ministério da Saúde, Pazuello disse que elas foram feitas a pedido de estados e municípios. O ex-ministro também afirmou não ter sido consultado pelo laboratório sobre o aumento da produção, disse que não sabe quem o fez e que não determinou distribuição de cloroquina para comunidades indígenas para tratamento de covid-19. Disse ainda que não concorda com a entrega de medicamentos sem indicação médica. Perguntado se fez uso do medicamento quando contraiu covid-19, Pazuello disse que "tomou tudo" que foi passado para ele.

Eduardo Pazuello – que ficou à frente da Saúde entre 16 de maio de 2020 e 24 de março de 2021 – afirmou à CPI da Pandemia que saiu do ministério porque "cumpriu sua missão". (Agencia Brasil)

BRASILIANA

MAURICIO PICAZO GALHARDO

Então olhei para o campo e ví o Brasil ...
- Quero saber apresenta:

" ...A Câmara dos Deputados aprovou, por 300 votos a 122, o texto-base do projeto de lei do licenciamento ambiental, que estabelece regras gerais desse procedimento a serem seguidas por todos os órgãos licenciadores, como prazos de vigência, tipos de licenças e empreendimentos dispensados de obtê-la. De acordo com o substitutivo do deputado Neri Geller (PP-MT), não precisarão de licença ambiental obras de saneamento básico, de manutenção em estradas e portos, de distribuição de energia elétrica com baixa tensão, obras que sejam consideradas de porte insignificante pela autoridade licenciadora ou que não estejam listadas entre aquelas para as quais será exigido licenciamento ..."

* Até que enfim foi aprovado este projeto de lei?
* Uma demora de 17 anos?
* A aprovação é boa para todos?

Destaques da semana: aprovação do Licenciamento Ambiental, que segue para o Senado e ferramenta para agilizar o Cadastro Ambiental Rural - Foto: Divulgação (FPA)

Outro tema importante da semana foi o lançamento de uma ferramenta desenvolvida pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), em parceria com a Universidade Federal de Lavras, em conjunto com os estados, que vai permitir a análise dos dados declarados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de forma automatizada, por meio de mapeamentos, garantindo agilidade e precisão. Sem dúvida dois temas importantes. Acreditamos que o gerenciamento da propriedade é importante. Hoje tem uma palavra; Environmental; que significa sustentabilidade, a sigla ESG é sustentabilidade, social e governança. Isso tem conexão com o licenciamento ambiental e o cadastro ambiental que são ferramentas práticas operacionais para que a ESG seja positiva. A boa governança social ambiental depende de mecanismos e regulamentações. Sem cadastro ambiental e sem regulamentação ambiental não é possível ESG satisfatória. O tamanho do Brasil, não é impedimento, para que todos funcionem bem, o estado fazendo sua parte e a iniciativa privada se aperfeiçoando e melhorando.

- Por hoje é isto. Boa semana, com paz sossego e harmonia. Abraço e até a próxima palavra Brasiliana.

Butantan receberá lote de insumos menor que o esperado

O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, confirmou na quarta-feira, (19) que o volume de insumos para a vacina CoronaVac que chegará ao Brasil na próxima semana será menor do que foi inicialmente previsto. A quantidade confirmada pelo governo chinês é de apenas 3 mil litros de insumo farmacêutico ativo (IFA), mil a menos do que havia sido anunciado pelo Instituto Butantan na última segunda-feira (17).

Os 3 mil litros de insumos para a vacina devem chegar ao Brasil entre os dias 25 e 26 de maio e são suficientes para fabricar cerca de 5 mil doses de vacina.

A CoronaVac é uma vacina contra a covid-19 desenvolvida pelo Instituto Butantan e pela farmacêutica chinesa Sinovac, que tem enviado os insumos para que a vacina seja produzida no Brasil. Segundo o Butantan, a Sinovac já tem 10 mil litros de insumos prontos para enviar ao Brasil, mas aguarda a autorização de embarque do governo chinês.

Com o atraso na chegada dos insumos, Dimas Covas prevê que haverá atraso também na entrega das doses da vacina ao Ministério da Saúde. "O Butantan tinha uma previsão de entrega de 12 milhões de doses da vacina CoronaVac em maio e 6 milhões em junho para o Ministério da Saúde. Para totalizar esse volume, precisaríamos de 10 mil litros de insumos, que deveriam estar disponíveis no começo de maio. Na primeira previsão, no início desta semana, chegou a informação da Sinovac de que teria solicitado autorização para 4 mil litros de insumos, e ontem foram autorizados efetivamente 3 mil litros de insumos. Com isso, o cronograma de entrega de vacina para o Ministério da Saúde não se cumprirá, e aguardamos a próxima remessa de matéria-prima", disse Covas.

Dimas Covas informou que, nesta madrugada, houve nova reunião com a Sinovac. Segundo ele, o Instituto Butantan espera que novas remessas de insumos sejam autorizadas pelo governo chinês em breve.

A produção de vacinas contra a covid-19 no Butantan está paralisada desde a última sexta-feira (14), por falta do ingrediente farmacêutico básico. Segundo o instituto, a falta de matéria-prima ocorreu por problemas burocráticos provocados por declarações de membros do governo brasileiro sobre a China.

No último domingo (16), ao participar da abertura de uma campanha de testagem da população para o novo coronavírus, em Botucatu (SP), o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, comentou a interrupção na produção de vacinas contra a covid-19 pelo Instituto Butantan por falta do IFA. Queiroga ressaltou que a carência da matéria-prima é mundial. "É importante passar uma mensagem positiva para a sociedade brasileira, e não essa cantilena de que está faltando IFA. O Brasil precisa de tranquilidade para superarmos juntos essa dificuldade sanitária", disse.

Perguntado se os problemas com o IFA poderiam ser reflexo de questões diplomáticas com a China, Queiroga disse que o país asiático tem sido um grande parceiro para o Brasil e que não vê nenhuma fissura nas relações entre o governo brasileiro e o chinês.

"O presidente Jair Bolsonaro tem uma excelente relação não só com a China, mas com todas as nações com que o Brasil estabelece relações internacionais. A China integra um bloco econômico importante que é o Brics, o Brasil faz parte, a Rússia faz parte, e as relações são absolutamente normais", ressaltou Queiroga. (Agência Brasil)

Salles se diz surpreso e classifica operação da PF de desnecessária

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse ter ficado surpreso com a operação que a Polícia Federal (PF) deflagrou na quarta-feira (19) para apurar a suspeita de participação de servidores do ministério e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em supostos crimes contra a administração pública.

A jornalistas, Salles classificou a operação autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, de "exagerada e desnecessária". "Até porque, todos os que foram incluídos nesta operação sempre estiveram à disposição para esclarecer quaisquer questões", afirmou o ministro. Além de Salles, a operação teve como alvo o presidente do Ibama, Eduardo Bim, e mais 16 investigados.

Na decisão em que autorizou o cumprimento de 35 mandados de busca e apreensão incluindo em endereços funcionais e pessoais de Salles, além do afastamento do cargo do presidente do Ibama, Eduardo Bim, e de outros oito servidores públicos, Moraes afirma que o pedido de diligências foi feito pela própria PF. Segundo Moraes, na petição, a PF informou ter provas que "sinalizam, em tese, para a existência de grave esquema de facilitação ao contrabando de produtos florestais", incluindo documentos fornecidos pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.

"Até onde eu sei, uma carga foi exportada para os Estados Unidos, que pediu documentos que não constavam. Analisando o caso, a presidência do Ibama entendeu que a regra invocada [pelas autoridades norte-americanas] já naquela altura deveria ter sido alterada. Por isso, aparentemente, agiu de forma técnica", disse Salles.

O episódio envolvendo a embaixada norte-americana é citado na decisão que o ministro Alexandre Moraes tornou pública esta manhã. Segundo o texto, em 10 de janeiro de 2020, o Serviço de Pesca e Vida Selvagem dos Estados Unidos (FWS) deteve, no estado da Geórgia, a três contêineres contendo madeira exportada do Brasil, por uma empresa com sede em Ananindeua (PA).

Segundo notificação enviada pela embaixada às autoridades brasileiras, o material não tinha a documentação necessária para comprovar sua procedência legal. A partir daí, segundo os fatos narrados na decisão de Moraes, o Ibama enviou "uma série de respostas conflitantes", ora informando que a madeira exportada não tinha sido analisada pelo setor competente, ora alegando que o envio da carga cumprira toda a exigência legal.

O ministro disse que não teve acesso a todas as informações do inquérito e destacou que o ministério e o Ibama sempre agiram em consonância com a lei. "Isto ficará demonstrado nos autos do inquérito, conforme ele for instruído", disse Salles, confirmando que policiais federais apreenderam documentos em seu gabinete, no ministério.

Salles disse que conversou com o presidente Jair Bolsonaro sobre as investigações. "Expliquei que, na minha opinião, não há substância em nenhuma das ações. E que, ao que me parece, este assunto pode ser esclarecido com muita rapidez", disse o ministro. "Entendemos que o inquérito foi instruído de uma forma que acabou induzindo o ministro ao erro", acrescentou.

A Agência Brasil entrou em contato com o Ibama, mas ainda não teve resposta. A reportagem também procurou a Advocacia-Geral da União (AGU), que ainda não se manifestou. Procurada, a assessoria da Procuradoria-Geral da República (PGR) informou que o órgão não foi consultado sobre o pedido de diligências que a PF fez ao STF, "o que, em princípio, pode violar o sistema constitucional acusatório". (Agencia Brasil)

Saúde lança campanha para incentivar a doação de leite materno

Foi lançada na quarta-feira (19) a Campanha Nacional de Doação de Leite Materno 2021. Em evento online, promovido pelo Ministério da Saúde, a pasta e organismos internacionais defenderam a ampliação dessa prática para atender à demanda no país.

O Brasil conta com 222 bancos de leite materno e 220 pontos de coleta. Em 2020, foram doados 229 mil litros de leite materno por 182 mil mulheres. Esses números marcaram um aumento de 2,7% em relação ao ano anterior.

Mas de acordo com o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, esse quantitativo representa apenas 64% do que seria necessário. "É preciso avançar ainda mais. A pandemia exige que muitos esforços sejam adotados para garantir informações qualificadas sobre a doação do leite materno", disse.

"O leite humano é a 1ª vacina que a criança recebe. Nestes tempos que estamos dedicando às vacinas que nos permitirão superar essa grave crise sanitária, devemos lembrar da importância do leite humano", acrescentou a presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Nísia Trindade.

Cristina Albuquerque, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), destacou a importância de ampliar a divulgação junto às mulheres para angariar mais voluntárias para a doação de leite materno.

"Temos não só que avançar nesta sensibilização para a doação do aleitamento materno, porque sem ele não há doação, e envolver não só as mulheres. Aqui o Unicef está trabalhando cada vez mais com a ideia de parentalidade", disse a representante do Unicef.

O diretor da Agência Brasileira de Cooperação, embaixador Rui Pereira, lembrou que o Brasil teve papel fundamental na criação da rede global de bancos de leite materno, já que o país iniciou a implantação dessas estruturas em 1943.

"Este é um exemplo exitoso da cooperação sul-sul resultando na criação da rede global de banco de leite humano. A rede global é pedra fundamental na articulação de estados em prol da saúde global", disse.

A campanha contará com peças de divulgação em veículos de comunicação e redes sociais. As peças, exibidas no evento de lançamento, apontam a importância da doação de leite materno e seu impacto na saúde pública. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Souza Ramos Comércio e Importação Ltda.
CNPJ/MF Nº 61.585.790/0001-09 - NIRE Nº 35.2.0894256-3
Ata da Reunião de Sócios Quotistas
Data/Horário/Local: 18/05/2021, às 10:00 horas, na Av. Ordem e Progresso, 240 - sala 02 - São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Eduardo de Souza Ramos - Presidente; Renata Lane de Souza Ramos - Secretária. **Deliberações:** "Aprovadas por unanimidade": Tendo em vista o capital social excessivo em relação aos objetivos sociais da sociedade, os sócios quotistas decidem reduzi-lo, como de fato reduzida fica, no montante de R$ 22.000.000,00, com o consequente cancelamento de 22.000.000 de quotas, com o valor nominal de R$ 1,00 cada, passando o capital social dos atuais R$ 28.377.842,06, dividido em 28.377.842 quotas, de valor nominal de R$ 1,00 cada uma, para R$ 6.377.842,06, dividido em 6.377.842, de valor nominal de R$ 1,00 cada uma. Aprovar que essa redução será de exclusividade da sócia Frec Participações Ltda., com expressa renúncia da sócia Frec Empreendimentos Imobiliários Ltda, com relação seus direitos de recebimento. **Encerramento:** Lida e aprovada, vai esta assinada por todos os presentes. São Paulo, 18/05/2021. **Mesa:** Eduardo de Souza Ramos - Presidente. Renata Lane de Souza Ramos - Secretária. **Sócios Quotistas:** Frec Participações Ltda e Frec Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Taho Real Estate Participações S.A.
CNPJ/ME nº 40.463.193/0001-75
Ata da Reunião do Conselho de Administração
Data/Hora/Local: 02/02/2021, às 10hs, na na Rua José Versolato, 111 - 11º andar - conjunto 1101 Torre B, São Bernardo do Campo/SP. **Convocação/Presença:** Dispensada, em decorrência da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente - Hong Tsu Ho; Secretário - Amauri Chiennin Hong. **Ordem do Dia/ Deliberações:** "Aprovada, por unanimidade", a eleição da Diretoria da Companhia, os Srs. **Hong Tsu Ho**, RG nº 10.237.985-3 SSP/SP e CPF/ME nº 535.375.308-97; e **Amauri Chiennin Hong**, RG nº 26.437.371-7 SSP/SP e CPF/ME nº 251.886.508-00, ambos com prazo de mandato de 3 anos. Os Diretores ora eleitos tomam posse de seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia, na forma da legislação aplicável, observada a prestação das declarações previstas em lei. **Encerramento:** Nada mais a tartar, lavrou-se a presente ata, que foi lida, achada conforme e assinada. São Bernardo do Campo/SP, 18/02/2021. **Mesa:** Hong Tsu Ho - Presidente; Amauri Chiennin Hong - Secretário. **Membros do Conselho de Administração:** Hong Tsu Ho; Hong Lu Li Yeh; Harison Chienhon Hong. **JUCESP** nº 198.218/21-7 em 30/04/21.

JUNTOS SOMOS+ Juntos Somos Mais Fidelização S.A.
CNPJ/MF 29.894.630/0001-39 - NIRE 35300553441
Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada 30 de Março de 2021
1. Data, Hora e Local: Realizada em 30 de março de 2021, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Gomes de Carvalho, 1.666, 8º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04547-006. **2. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo **Sr. Marcelo Strufaldi Castelli** e secretariados pelo **Sr. Eros Roberto Jussiani Canedo da Silva. 3. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação. Presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ("Companhia"): Marcelo Strufaldi Castelli, Cristiano Carvalho Brasil e Vivianne Cunha Valente. Devidamente justificada a ausência do Sr. Marcos Eduardo Faraco Wahrhaftig. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para examinar, discutir e deliberar a respeito do exame das contas e demonstrações financeiras da Companhia relativas ao ano de 2020, conforme arquivos constantes do Anexo I, que foram objeto de publicação no Diário Oficial de São Paulo e no Jornal "O Dia", em 25/03/2021. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovar as contas e demonstrações financeiras da Companhia relativas ao ano de 2020, estas devidamente auditadas pela consultoria contratada para tal finalidade, e sugerir o encaminhamento destas para exame e deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a deliberação, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo, 30 de março de 2021. Presidente: **Marcelo Strufaldi Castelli**; Secretário: **Eros Roberto Jussiani Canedo da Silva**; Conselheiros: Marcelo Strufaldi Castelli e Cristiano Carvalho Brasil (Votorantim Cimentos S.A.). Vivianne Cunha Valente (Tigre S.A. Participações). São Paulo, 30 de março de 2021. **Marcelo Strufaldi Castelli** - Presidente; **Eros Roberto Jussiani Canedo da Silva** - Secretário. **Cristiano Carvalho Brasil; Vivianne Cunha Valente. JUCESP** nº 198.996/21-4 em 30/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.
CNPJ 29.938.085/0001-35 - NIRE 35.300.514.611 - Companhia Fechada
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 05.04.2021
1. Data, Hora e Local: 05.04.2021, às 10hs, na sede da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. ("Companhia"), localizada na Estrada de Itapecerica, 4.157 - Capão Redondo, 05.858-001, São Paulo/SP. **2. Presença**: Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº. 6.404/76 ("LSA"), constatando-se a presença das acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no "Livro Registro de Presença de Acionistas". **3. Convocação**: Os avisos de que trata o artigo 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento das acionistas detentoras da totalidade do capital social da Companhia, conforme permitido pelo § 4º do artigo 124 da LSA. **4. Mesa:** Presidente: Luís Augusto Valença de Oliveira e Secretário: Igor de Castro Camillo. **5. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a contratação de energia elétrica no mercado livre. **6. Deliberações**: As acionistas detentoras da totalidade do capital social da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, conforme atribuição prevista no artigo 6º, inciso (xii) do Estatuto Social da Companhia, deliberaram: **6.1.** Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da LSA; **6.2.** Aprovar a contratação pela Companhia, de fornecimento de energia elétrica no mercado livre, para as 2 Unidades de Alimentação Elétrica (Primária: Guido Caloi e Bandeirantes), para o período correspondente de Janeiro/2025 a Dezembro/2025, conforme termos e condições apresentados nesta assembleia. **7. Encerramento**: Nada mais a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, MP 2.200-2/2001. São Paulo/SP, 05.04.2021. **Assinaturas**: Luís Augusto Valença de Oliveira, Presidente da Mesa e, Igor de Castro Camillo, Secretário. **Acionistas**: **(1)** CCR S.A., pelo Sr. Luís Augusto Valença de Oliveira; e **(2)** Ruasinvest Participações S.A., pelo Sr. Paulo José Dinis Ruas e Sra. Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz. Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais. *Luís Augusto Valença de Oliveira - Presidente da Mesa - Assinado com certificado digital ICP Brasil; Igor de Castro Camillo - Secretário - Assinado com certificado digital ICP Brasil. JUCESP nº 200.459/21-1 em 04.05.2021.* Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.